

Relatório de Gestão Integrado

Parte 2

Demonstrações Contábeis

Luciana Santos

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luís Manuel Rebelo Fernandes

Secretário-Executivo

Sergio Cruz

Secretário-Executivo Adjunto

Lélio Trida Sene

Subsecretário de Planejamento Orçamento e Gestão

Isa Assef dos Santos

Subsecretária de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Dorival da Costa dos Santos

Subsecretário de Ciência e Tecnologia para a Amazônia

Andrea Brito Latgé

Secretária de Políticas e Programas Estratégicos

Inácio Arruda

Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social

Daniel Gomes de Almeida Filho

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Henrique de Oliveira Miguel

Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO MCTI PARTE 2:

Demonstrações Contábeis

Exercício Financeiro de 2025

Brasília

Março 2026

ISBN: 978-65-87432-93-9

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Assessoria de Estratégia e Governança

Verônica Thelm Fialho Goulart

Coordenação de Avaliação e Análise Prospectiva

Aline Regina Fernandes

Marcus Alves Crispim

Nadja Maria Lepsch da Cunha Nascimento

Saulo Guerreiro Lacerda

Colaborador

Isaac Ranyel Sousa Prado

Ilustração capa e entre capas

ASCOM/MCTI

B823r	Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Relatório de gestão integrado MCTI, parte 2: demonstrações contábeis, exercício financeiro de 2025 / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2026. 58 p.: il. ISBN: 978-65-87432-93-9 1. Relatório de gestão – Brasil. 2. Demonstrações contábeis. 3. Prestação de contas. 4. Transparência. 5. Desempenho organizacional. 6. Governança. I. Título. CDU 657.3
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por: Lorena Nelza F. Silva – CRB-1/2474

INTRODUÇÃO: PARTE 2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis apresentadas no capítulo 1 referem-se à atuação da Administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e as apresentadas no capítulo 2 referem-se às informações contábeis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na forma disposta neste encarte (Parte 2 do RGI).

As informações relativas à execução orçamentária e financeira de ambas as unidades são apresentadas no capítulo 4 do relatório integrado (Parte 1). Essas e outras informações relevantes podem ser encontradas no site: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/aceso-a-informacao/prestacao-de-contas>.

Sumário

1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - MCTI.....	6	2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT	40
1.1	Balanço Patrimonial.....	6	2.1	Balanço Patrimonial.....	40
1.2	Demonstração das Variações Patrimoniais	8	2.2	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	42
1.3	Balanço Orçamentário	10	2.3	Balanço Orçamentário	44
1.4	Balanço Financeiro	12	2.4	Balanço Financeiro.....	47
1.5	Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	14	2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	48
1.6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16	2.6	NOTAS EXPLICATIVAS.....	48
1.7	Introdução às Notas Explicativas	17	2.6.1	Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	48
1.7.1	Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	17	2.6.2	Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	49
1.7.2	Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	17	2.6.3	Caixa e equivalentes de caixa.....	49
1.7.3	Mecanismos Utilizados para Controle e Garantia da Confiabilidade Contábil 19		2.6.4	Superávit Financeiro.....	49
1.8	Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	19	2.6.5	Créditos a Receber	50
1.8.1	Balanço Patrimonial (BP).....	19	2.6.6	Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	51
1.8.2	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	29	2.6.7	Resultado Patrimonial, Financeiro e Orçamentário	51
1.8.3	Balanço Orçamentário	31	2.6.8	Atos Potenciais e controle da Prestação de Contas	54
1.8.4	Balanço Financeiro	35	2.6.9	Partes Relacionadas	56
1.8.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	37	3	ANEXOS	57
1.8.6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	38	3.1	Lista de Quadros	57
			3.2	Lista de Tabelas.....	57
			3.3	Lista de Gráficos.....	58



Demonstrações Contábeis da Administração Direta

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste Capítulo I, referem-se à atuação da administração direta do MCTI.

1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - MCTI

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foram elaboradas a partir dos registros orçamentários, financeiros e contábeis extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e têm como escopo informações consolidadas das contas contábeis das unidades gestoras executoras do Órgão 24000-MCTI, administração direta, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e do desempenho financeiro de uma entidade, tornando possível o conhecimento dos valores dos bens, dos direitos e das obrigações dos agentes que arrecadam receitas, efetuam despesas, administram ou guardam os bens pertencentes à União.

Especificamente, o objetivo das demonstrações contábeis destinadas a atender propósitos gerais sob a ótica do setor público deve ser o de proporcionar informação útil para a tomada de decisão e o de demonstrar a existência da *accountability* da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Os demonstrativos apresentados seguem o padrão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro e são compostos por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

Ressalte-se que a publicação do Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação (MCASP, 11ª edição).

1.1 Balanço Patrimonial

Quadro 1.1-1: Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	673.712.438,73	757.774.854,30	PASSIVO CIRCULANTE	3.809.987.180,01	4.457.969.473,32
Caixa e equivalentes de Caixa	150.094.431,67	191.070.951,63	Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	117.322.372,66	132.218.093,88
Créditos a Curto Prazo	501.654.647,35	545.398.200,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	241.427.272,07	203.829.942,90
Clientes	337.630,56	337.630,56	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.366.181,03	7.235.680,89
Demais Créditos e Valores	501.317.016,79	545.060.570,10	Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.296.426,44	1.296.426,44
Estoques	21.529.032,84	21.219.052,22	Provisões a Curto Prazo	-	71.400,00
VPDs Pagas Antecipadamente	434.326,87	86.649,79	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.439.574.927,81	4.113.317.929,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.281.243.707,88	10.840.400.961,02	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.084.315,10	1.086.315,10
Ativo Realizável a Longo Prazo	206.279.920,87	184.409.881,85	Provisões a Longo Prazo	1.084.315,10	1.086.315,10

ATIVO			PASSIVO		
Créditos a Longo Prazo	206.279.920,87	184.409.881,85	Resultado Diferido	-	-
Clientes	75.781.038,00	51.899.091,52	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.811.071.495,11	4.459.055.788,42
Demais Créditos e Valores	130.498.882,87	132.510.790,33			
Investimentos	19.092,27	19.092,27	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Investimentos Permanentes	19.092,27	19.092,27	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Demais Investimentos Permanentes	19.092,27	19.092,27	Patrimônio Social e Capital Social	953.124.456,01	953.124.456,01
Imobilizado	11.019.339.093,49	10.599.246.456,12	Demais Reservas	220.850.766,57	222.055.607,30
Bens Móveis	937.316.279,75	899.353.844,99	Resultados Acumulados	6.969.909.428,92	5.963.083.446,14
Bens Móveis	1.825.615.678,87	1.708.474.310,19	Resultado do Exercício	763.820.663,41	-1.224.410.205,92
(-) Deprec/ Amortização/ Exaustão	-888.291.635,31	-809.112.701,39	Resultados de Exercícios Anteriores	5.968.036.029,31	7.123.535.071,95
Acum de Bens Móveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-7.763,81	-7.763,81	Ajustes de Exercícios Anteriores	238.052.736,20	63.958.580,11
Bens Imóveis	10.082.022.813,74	9.699.892.611,13	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.143.884.651,50	7.139.120.026,90
Bens Imóveis	10.092.942.125,29	9.709.351.860,65			
(-) Depr/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.919.311,55	-9.459.249,52			
Intangível	55.605.601,25	56.725.530,78			
Softwares	54.621.713,82	55.751.723,64			
Softwares	55.849.497,50	56.985.815,36			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.227.783,68	-1.234.091,72			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	983.887,43	973.807,14			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	998.309,83	990.553,83			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-14.422,40	-16.746,69			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	11.954.956.146,61	11.598.175.815,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.954.956.146,61	11.598.175.815,32

Fonte: SiafiWeb 2025

Quadro 1.1-2 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	150.124.719,01	191.094.638,80	PASSIVO FINANCEIRO	564.544.249,44	442.221.822,17
ATIVO PERMANENTE	11.804.831.427,60	11.407.081.176,52	PASSIVO PERMANENTE	3.602.574.074,61	4.290.945.815,38
			SALDO PATRIMONIAL	7.787.837.822,56	6.865.008.177,77

Fonte: SiafiWeb 2025

Quadro 1.1-3 - Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.816.445.311,48	1.492.503.311,45	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.005.981.604,46	1.069.883.528,86
Atos Potenciais Ativos	1.816.445.311,48	1.492.503.311,45	Atos Potenciais Passivos	1.005.981.604,46	1.069.883.528,86
Garantias e Contragarantias Recebidas	107.512.571,00	48.663.411,38	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.704.461.849,08	1.439.158.356,61	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Cong	215.050.813,31	253.481.729,7
Direitos Contratuais	4.470.891,40	4.681.543,46	Obrigações Contratuais	790.930.790,65	816.401.799,12
TOTAL	1.816.445.311,48	1.492.503.311,45	TOTAL	1.005.981.604,46	1.069.883.528,86

Fonte: SiafiWeb 2025

Quadro 1.1-4 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-239.326.847,88
Recursos Vinculados	-175.092.682,55
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-3.885.014,55
Previdência Social (RPPS)	-3.346.837,92
Dívida Pública	-3.748.203,93
Fundos, Órgãos e Programas	-164.112.626,15
TOTAL	-414.419.530,43

Fonte: SiafiWeb 2025

1.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 1.2-1 – Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	41.568.272.958,41	33.870.499.497,86
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.472.496,59	1.981.341,07
Venda de Mercadorias	11.672,50	10.841,85
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.460.824,09	1.970.499,22
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	98.687,94	105.361,16
Juros e Encargos de Mora	98.687,94	105.361,16
Transferências e Delegações Recebidas	39.252.947.040,46	33.678.508.241,20
Transferências Intragovernamentais	39.076.266.892,08	33.639.294.072,31
Outras Transferências e Delegações recebidas	176.680.148,38	39.214.168,89
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.284.152.374,39	175.778.125,98
Ganhos com Incorporação de Ativos	221.423.344,96	120.032.886,79
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.062.729.029,43	55.745.239,19

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2025	2024
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.602.359,03	14.126.428,45
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.000,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	29.600.359,03	14.126.428,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	40.804.452.295,00	35.094.909.703,78
Pessoal e Encargos	842.119.309,14	710.136.535,18
Remuneração a Pessoal	654.007.478,61	545.360.925,80
Encargos Patrimoniais	137.699.206,68	118.256.108,44
Benefícios a Pessoal	41.046.262,16	36.453.661,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	9.366.361,69	10.065.839,32
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	982.866.592,46	1.339.195.438,56
Aposentadoria e Reformas	656.931.354,95	664.815.560,77
Pensões	314.270.084,81	661.405.459,64
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.665.152,70	12.974.418,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	515.940.359,68	521.915.303,31
Uso de Material de Consumo	10.245.174,44	11.158.091,08
Serviços	434.315.032,87	439.660.035,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	71.380.152,37	71.097.176,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.708,56	50.759,32
Juros e Encargos de Mora	14.266,06	50.759,32
Descontos Financeiros Concedidos	442,50	-
Transferências e Delegações Concedidas	36.869.951.125,02	31.074.931.821,35
Transferências Intragovernamentais	35.387.893.729,39	29.518.445.902,34
Transferências Intergovernamentais	54.876.235,04	55.063.494,85
Transferências a Instituições Privadas	1.389.933.364,91	1.480.290.367,41
Transferências ao Exterior	3.397.323,27	1.755.669,97
Outras Transferências e Delegações Concedidas	33.850.472,41	19.376.386,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.590.539.045,41	1.445.935.662,36
Perdas Involuntárias	12.150.928,82	3.227.634,33
Incorporação de Passivos	1.356.095.311,07	1.383.037.672,9
Desincorporação de Ativos	222.292.805,52	59.670.355,04
Tributárias	1.136.264,98	889.831,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	652.299,88	51.490,74
Contribuições	483.965,10	838.340,68
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.884.889,75	1.854.352,28
Premiações	8.657,80	10.033,90
Incentivos	165.400,00	116.160,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.710.831,95	1.728.158,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	763.820.663,41	-1.224.410.205,92

Fonte: SiafiWeb 2025

1.3 Balanço Orçamentário

Quadro 1.3-1 – Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	130.681.858,00	130.681.858,00	101.252.526,22	-29.429.331,78
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	128.938.781,00	128.938.781,00	100.042.850,02	-28.895.930,98
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	492.651,00	492.651,00	218.794,50	-273.856,50
Exploração de Recursos Naturais	128.446.130,00	128.446.130,00	99.824.055,52	-28.622.074,48
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	1.743.077,00	1.743.077,00	1.110.187,76	-632.889,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.743.077,00	1.743.077,00	1.110.187,76	-632.889,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	99.488,44	99.488,84
Multas Adm., Contratuais e Judiciais	-	-	91.232,00	91.232,00
Demais Receitas Correntes	-	-	8.256,44	8.256,44
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	130.681.858,00	130.681.858,00	101.252.526,22	-29.429.331,78
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	130.681.858,00	130.681.858,00	101.252.526,22	-29.429.331,78
DÉFICIT	-	-	3.819.032.630,27	3.819.032.630,27
TOTAL	130.681.858,00	130.681.858,00	3.920.285.156,49	3.789.603.298,49
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-322.227.719,00	-	322.227.719,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-322.227.719,00	-	-
DESPESA				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.961.149.806,00	2.718.465.435,00	3.863.635.347,61	3.570.384.371,76	3.401.509.281,69	-1.145.169.912,61
Pessoal e Encargos Sociais	2.063.968.546,00	1.906.997.720,00	1.820.011.205,65	1.737.529.493,15	1.642.715.406,22	86.986.514,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	897.181.260,00	811.467.715,00	2.043.624.141,96	1.832.854.878,61	1.758.793.875,47	-1.232.156.426,96
DESPESAS DE CAPITAL	77.927.265,00	36.987.756,00	56.649.808,88	28.336.758,56	28.002.134,87	-19.662.052,88
Investimentos	77.927.265,00	36.987.756,00	56.649.808,88	28.336.758,56	28.002.134,87	-19.662.052,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	128.146.130,00	89.612.291,00	--	-	-	89.612.291,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.167.293.201,00	2.845.065.482,00	3.920.285.156,49	3.598.721.130,32	3.429.511.416,56	-1.075.219.674,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.167.293.201,00	2.845.065.482,00	3.920.285.156,49	3.598.721.130,32	3.429.511.416,56	-1.075.219.674,49
TOTAL	3.167.293.201,00	2.845.065.482,00	3.920.285.156,49	3.598.721.130,32	3.429.511.416,56	-1.075.219.674,49

Fonte: SiafiWeb 2025

Quadro 1.3-2 - Anexo 1: Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	39.375.219,32	131.237.002,07	117.273.317,93	117.051.937,34	25.364.197,47	28.196.086,58
Pessoal e Encargos Sociais	12.850.986,72	28.034.504,73	17.088.765,34	17.088.765,34	12.950.251,74	10.846.474,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.524.232,60	103.202.497,34	100.184.552,59	99.963.172,00	12.413.945,73	17.349.612,21
DESPESAS DE CAPITAL	21.952.971,06	81.767.323,93	79.064.397,62	78.992.490,86	18.147.800,59	6.580.003,54
Investimentos	21.952.971,06	81.767.323,93	79.064.397,62	78.992.490,86	18.147.800,59	6.580.003,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	61.328.190,38	213.004.326,00	196.337.715,55	196.044.428,20	43.511.998,06	34.776.090,12

Fonte: SiafiWeb 2025

Quadro 1.3-3 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.102.998,32	143.855.357,22	144.067.565,71	17.564,33	873.225,50
Pessoal e Encargos Sociais	258.763,69	132.802.216,03	132.802.216,03	-	258.763,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	844.234,63	11.053.141,19	11.265.349,68	17.564,33	614.461,81
DESPESAS DE CAPITAL	4.668,54	2.094.516,20	764.376,66	-	1.334.808,48
Investimentos	4.668,54	2.094.516,20	764.376,66	-	1.334.808,48
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.107.667,26	145.949.873,42	144.831.942,37	17.564,33	2.208.033,98

Fonte: SiafiWeb 2025

1.4 Balanço Financeiro

Quadro 1.4-1 – Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	101.252.526,22	133.321.410,22	Despesas Orçamentárias	3.920.285.156,49	4.152.111.811,19
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	1.613.972.385,02	1.525.046.638,10
Recursos Vinculados	101.272.724,64	133.451.686,16	Recursos Vinculados	2.306.312.771,47	2.627.065.173,09
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	692.939.693,05	1.172.490.686,56
Fundos, Órgãos e Programas	101.272.724,64	133.451.686,16	Previdência Social (RPPS)	257.792.365,00	170.992.209,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-20.198,42	-130.275,94	Fundos, Órgãos e Programas	1.355.580.713,42	1.283.582.277,53
Transferências Financeiras Recebidas	39.076.266.892,08	33.639.261.913,06	Transferências Financeiras Concedidas	35.387.560.250,16	29.516.588.534,18
Resultantes da Execução Orçamentária	20.411.711.454,68	19.352.262.484,97	Resultantes da Execução Orçamentária	16.598.524.274,20	15.437.943.130,06
Cota Recebida	16.636.767.526,71	14.366.746.944,62	Repasse Concedido	14.105.251.551,95	11.733.086.152,38
Repasse Recebido	1.207.760.226,25	1.331.307.187,62	Sub-repasse Concedido	2.489.604.200,26	2.686.770.319,88

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Sub-repasse Recebido	2.489.604.200,26	2.686.770.319,88	Cota Devolvida	3.473.983,35	1.009.506.197,10
Repasse Devolvido	77.384.962,81	958.857.572,15	Sub-repasse Devolvido	194.538,64	8.580.460,70
Sub-repasse Devolvido	194.538,64	8.580.460,70	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	18.664.555.437,40	14.286.999.428,09	Independentes da Execução Orçamentária	18.789.035.975,96	14.078.645.404,12
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.414,368.008,20	1.449.329.774,74	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.450.105.949,67	1.275.498.414,67
Demais Transferências Recebidas	17.231.893.480,76	12.819.563.502,21	Demais Transferências Concedidas	17.308.332.446,41	12.789.246.642,59
Movimentação de Saldos Patrimoniais	18.293.948,44	18.106.151,14	Movimento de Saldos Patrimoniais	30.597.579,88	13.900.346,86
Recebimentos Extraorçamentários	599.454.537,06	513.700.266,65	Pagamentos Extraorçamentários	510.105.068,67	604.524.948,14
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	169.209.713,76	143.468.693,86	Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	144.831.942,37	148.416.309,81
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	321.564.026,17	213.004.326,00	Pagamento dos Restos a Pagar não Processados	196.044.428,20	192.763.592,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	108.674.587,09	157.227.201,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	92.946.844,08	145.247.606,08
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.210,04	45,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	76.281.854,02	118.097.439,74
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	6.210,04	-	Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento	-	10.661,13
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	45,43	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	70.498.909,62	117.771.952,66
			Demais Pagamentos	5.782.944,40	314.825,95
Saldo do Exercício Anterior	191.070.951,63	178.012.655,21	Saldo para o Exercício Seguinte	150.094.431,67	191.070.951,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	191.070.951,63	178.012.655,21	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.094.431,67	191.070.951,63
TOTAL	39.968.044.906,99	34.464.296.245,14	TOTAL	39.968.044.906,99	34.464.296.245,14

Fonte: SiafiWeb 2025

1.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Quadro 1.5-1 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	52.796.692,60	109.498.896,73
INGRESSOS	39.286.194.005,39	33.929.810.570,07
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	100.042.850,02	131.723.838,31
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.110.187,76	1.502.076,48
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	99.488,44	95.495,43
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	39.184.941.479,17	33.796.489.159,85
Ingressos Extraorçamentários	108.674.587,09	157.227.201,36
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	45,43
Transferências Financeiras Recebidas	39.076.266.892,08	33.639.261.913,06
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-39.233.397.312,79	-33.820.311.673,34
Pessoal e Demais Despesas	-2.174.676.180,07	-2.400.068.878,67
Legislativo	-126.930,00	-515.940,00
Judiciário	-795.992,84	-6.193.488,82
Essencial à Justiça	-7.333,15	-
Administração	-12.145.906,57	-8.133.773,37
Defesa Nacional	-	-273.161,05
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-5.773,60
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.019.229.426,77	-1.329.000.936,66
Saúde	-8.111.265,92	-5.683.309,64
Educação	-423.273,93	-1.380.498,38
Cultura	-164.554,00	-33.355,48
Direitos da Cidadania	-1.200.000,00	-7.401.627,00
Urbanismo	-1.500.000,00	-

	2025	2024
Gestão Ambiental	-361.120,32	-444.774,60
Ciência e Tecnologia	-1.126.834.929,04	-1.039.813.362,91
Agricultura	-17.917,56	-
Indústria	-3.020.855,30	-1.000.000,00
Comércio e Serviços	-828,03	-
Comunicações	-	-92.187,42
Transporte	-15.921,92	-10.469,86
Encargos Especiais	-726.134,76	-75.558,75
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	-6.210,04	-10.661,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.501.932.184,46	-1.640.319.875,80
Intergovernamentais	-1.127.182,90	-3.259.188,45
A Estados e/ou Distrito Federal	-355.521,40	-1.015.573,34
A Municípios	-771.661,50	-2.243.615,11
Intragovernamentais Concedidos	-121.421.896,49	-114.685.592,97
Outras Transferências Concedidas	-1.379.383.105,07	-1.522.375.094,38
Outros Desembolsos Operacionais	-35.556.788.948,26	-29.779.922.918,87
Dispêndios Extraorçamentários	-92.946.844,08	-145.247.606,08
Transferências Financeiras Concedidas	-35.387.560.250,16	-29.516.588.534,18
Transferência de Arrecadação para outra Unidade	-70.498.909,62	-117.771.952,66
Demais Pagamentos	-5.782.944,40	-314.825,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-93.773.212,56	-96.440.600,31
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-93.773.212,56	-96.440.600,31
Aquisição de Ativo Não Circulante	-88.457.395,55	-77.664.183,77
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.315.817,01	-18.776.416,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-40.976.519,96	13.058.296,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	191.070.951,63	178.012.655,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	150.094.431,67	191.070.951,63

Fonte: SiafiWeb 2025

1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 1.6-1 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio Social	/Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	953.124.456,01		12.526.336,66	7.124.590.211,28	8.090.241.003,95
Varição Cambial	-		-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		5.100.885,34	63.958.580,11	69.059.465,45
Aumento/Redução de Capital	-		-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-		-	-	-
Const/Realiz da Reserva de Reavaliação de Ativos	-		205.284.902,75	-1.055.139,33	204.229.763,42
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-		-	-	-
Resultado do Exercício	-		-	-1.224.410.205,92	-1.224.410.205,92
Constituição/Reversão de Reservas	-		-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-		-	-	-
Prov. Tributária – IR/CS c/ Res de Reavaliação	-		-	-	-
Saldos de fusão, Cisão e Incorporação	-		-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-		-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	953.124.456,01		222.912.124,75	5.963.083.446,14	7.139.120.026,90
Saldo Inicial do Exercício 2025	953.124.456,01		222.912.124,75	5.963.083.446,14	7.139.120.026,90
Varição Cambial	-		-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		-	23.034.588,08	233.034.588,08
Aumento/Redução de Capital	-		-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-		-	-	-
Const/Realiz da Reserva de Reavaliação de Ativos	-		-2.061.358,18	9.970.731,29	7.909.373,11
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-		-	-	-
Resultado do Exercício	-		-	763.820.663,41	763.820.663,41
Constituição/Reversão de Reservas	-		-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-		-	-	-
Prov. Tributária – IR/CS c/ Res de Reavaliação	-		-	-	--
Saldos de fusão, Cisão e Incorporação	-		-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-		-	--	-
Saldo Final do Exercício 2025	-		220.850.766,57	6.969.909.428,92	8.143.884.651,50

Fonte: SiafiWeb 2025

1.7 Introdução às Notas Explicativas

As Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), consideradas parte integrante das demonstrações. Incluem as descrições dos valores mais significativos das Demonstrações Contábeis, indicando os critérios de avaliação do ativo e do passivo, bem como as políticas contábeis adotadas, de forma a assegurar um conjunto de informações que atendam aos interesses dos diversos usuários da informação contábil.

1.7.1 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000 e, ainda, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

1.7.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional utilizada é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo - compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) dívida ativa; e (v) outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído, também, ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) créditos por danos ao patrimônio; (iv) outros créditos a receber e (v) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

Investimentos e Aplicações temporárias – compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas desses ativos.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado, importações em andamento e outros estoques. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme artigo 106 da Lei 4.320/64.

VPDs pagas antecipadamente – Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, cujos benefícios ou cuja prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base da mensuração é o custo histórico.

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) crédito por dano ao patrimônio; (iv) depósitos restituíveis, tais como judiciais; e (v) outros. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: (i) participações permanentes e (ii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação

aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis – Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP, Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da aquisição.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – Os procedimentos estão descritos na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, no que se refere à mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet. A depreciação é registrada no SIAFI via arquivo encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensalmente e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos - As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e Financiamentos – Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Provisões - As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e quando é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais nas quais a União figura diretamente no polo passivo estão de acordo com a Portaria AGU nº 318/2018, que alterou a PO AGU nº 40/2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mas, quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- I. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário, o Déficit Patrimonial;
- II. Resultado Orçamentário no Balanço Orçamentário oriundo do confronto entre a coluna Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e, caso contrário, um Déficit Orçamentário; e
- III. Resultado Financeiro no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado confrontando ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, se positivo, será um Superávit Financeiro, caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração do Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superávit, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

1.7.3 Mecanismos Utilizados para Controle e Garantia da Confiabilidade Contábil

A confiabilidade contábil é garantida por meio de um conjunto estruturado de mecanismos internos e externos, normas técnicas e tecnologias que asseguram a integridade, fidedignidade e transparência das informações contábeis dos órgãos da administração pública federal, tais como:

- Segregação de funções que consiste na separação das funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização;
- Análise dos Auditores Contábeis no SIAFI utilizados para identificar inconsistências e irregularidades nos lançamentos orçamentários, financeiros e patrimoniais, por meio de equações de auditor;
- Análise de relatórios gerenciais extraídos do Sistema Tesouro Gerencial;
- Análise de balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis;

- Acompanhamento diário dos registros da conformidade de registros de gestão, que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI, e da existência de documentos que dão suporte às operações;
- Registro mensal da conformidade contábil, por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

1.8 Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

Com o propósito de facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, seguem informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

1.8.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial - BP tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial do MCTI, Administração Direta, por meio de contas representativas do ativo, passivo, patrimônio líquido, e sua evolução no exercício de 2025, em comparação com o exercício de 2024.

Tabela: 1.8.1-1 - Ativo Circulante e Não Circulante – Composição

ATIVO	2025	2024	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	673.712.438,73	757.774.854,30	-11,09%	5,63%
Caixa e Equivalentes de Caixa	150.094.431,67	191.070.951,63	-21,45%	1,26%
Créditos a Curto Prazo	501.654.647,35	545.398.200,66	-8,02%	4,19%
Estoques	21.529.032,84	21.219.052,22	1,46%	0,18%
VPDs Pagas Antecipadamente	434.326,87	86.649,79	401,24%	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.281.243.707,88	10.840.400.961,02	4,07%	94,37%
Ativo Realizável a Longo Prazo	206.279.920,87	184.409.881,85	11,86%	1,73%
Créditos a Longo Prazo	206.279.920,87	184.409.881,85	-	-
Investimentos	19.092,27	19.092,27	-	-
Imobilizado	11.019.339.093,49	10.599.246.456,12	3,96%	92,17%
Intangível	555.605.601,25	56.725.530,78	879,46%	0,47%
TOTAL DO ATIVO	11.954.956.146,61	11.598.175.815,32	3,44%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

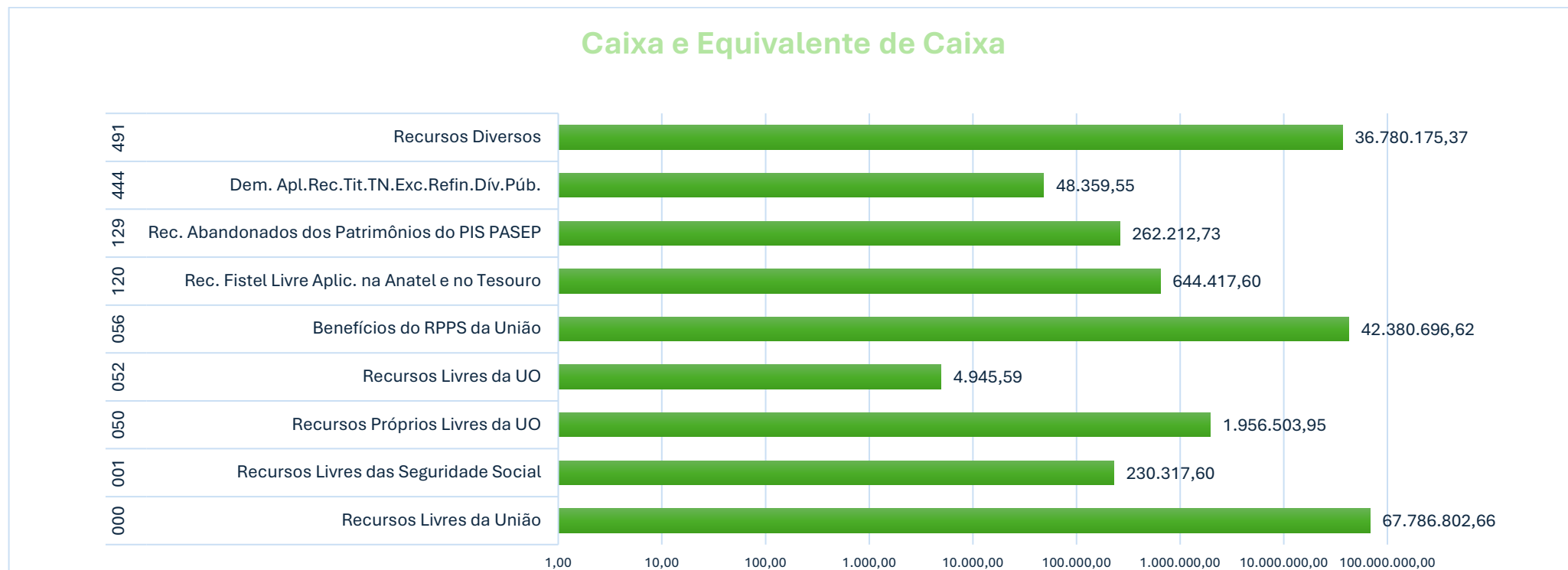
1.8.1.1 Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item “Caixa e Equivalentes de Caixa” corresponde a 1,26% do total do Ativo e apresentou, ao final do exercício de 2025, um saldo correspondente a R\$ 150 milhões, todavia, R\$ 99,8 milhões se referem à despesa liquidada no final de 2025, aguardando autorização de pagamento, na regra de emissão da Ordem bancária no dia útil subsequente (D+1), a exemplo da folha de pagamento de pessoal referente ao mês de dezembro, restando, assim, apenas um saldo financeiro efetivo de R\$ 50,2 milhões.

Do saldo efetivo de R\$ 50,2 milhões, destaca-se que 27,9 milhões são oriundos de retenção de depósito em conta vinculada a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, conforme disposto no art. 121, §3º, e no art. 142 da Lei nº 14.133/2021.

Observa-se no Gráfico abaixo que, do saldo total de R\$ 150 milhões representados por fonte de recursos, grande parte se concentra na fonte de recursos 000—Recursos Livres da União, sendo que, do total de R\$ 99,7 milhões apropriados na folha de pessoal do mês de dezembro, R\$ 5,3 mil são recursos da fonte 050-Recursos Próprios Livres da UO, R\$ 38,5 milhões são da fonte 056-Benefícios do RPPS da UNIÃO e R\$ 61,1 milhões são da fonte 000-Recursos Livres da União, utilizados para pagamento de remuneração pessoal ativo civil, aposentadorias e pensões civis.

Gráfico 1.8.1.1-1 – Caixa e Equivalentes de Caixa por Fonte de Recursos



Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.2 Nota 2 – Créditos a Curto Prazo

O grupo “Créditos a Curto Prazo” corresponde a 4,19% do total do Ativo e apresentou, ao final do exercício de 2025, um saldo correspondente a R\$ 501,6 milhões, entretanto, este montante foi 8,02% menor que o saldo apresentado no exercício anterior, oriundo, em sua maioria, de adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada (TED), que corresponde a 95,03% do valor total da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Os Adiantamentos de Transferência Legal referem-se à infraestrutura multiusuário para desenvolvimento científico e tecnológico do Laboratório Nacional de Astrofísica e execução do Projeto Institucional denominado Instituto de Inteligência Artificial do Laboratório Nacional de Computação Científica, cujo acréscimo foi de 19,02% em relação ao exercício anterior.

Observa-se um acréscimo na conta de Adiantamentos a Fornecedores de 405,26% e de 86,94% na conta de INSS a Compensar, com relação ao exercício anterior, decorrentes de atualização dos saldos contábeis da extinta Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), em processo de inventariança.

A conta de Créditos Parcelados apresentou um decréscimo de 25,04% em comparação ao exercício anterior, decorrente do ressarcimento das parcelas firmadas por débitos oriundos de instrumentos de transferência voluntária, conforme dispõe a Portaria MCTI nº 2.980, de 29 de julho de 2020.

Tabela 1.8.1.2-1 – Créditos a Curto Prazo – Composição

CLIENTES	CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AV%	AH%	Varição Absoluta
	112210106 Faturas/Dupl. a Receber – Prest. Serviço	337.630,56	337.630,56	0,07%	-	-
	Total	337.630,56	337.630,36	0,07%		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	113110101 13 Salário - Adiantamento	7.589.040,58	6.511.286,41	1,51%	16,55%	1.077.754,17
	113110305 Adiantamentos a Unidades e Entidade	121.917,08	121.917,08	-	-	-
	113110500 Adiantamento a Prestadores de Serviços	-	195.650,54	-	-100%	-195.650,54
	113110700 Adiantamentos de Transferência Legal	10.102.856,71	8.488.672,23	2,01%	19,02%	1.614.184,48
	113110900 Adiantamentos a Fornecedores	6.438.429,36	1.274.271,59	1,28%	405,26%	5.164.157,77
	Total	24.252.243,73	16.591.797,85	4,83%	46,17%	7.660.445,88
TRIBUTOS A REC/COMPENSAR	113211100 INSS a Compensar	30.287,34	16.201,34	0,01%	86,94%	14.086,00
	Total	30.287,34	16.201,34	0,01%	86,94%	14.086,00
OUTROS CRÉDITOS A REC. E VALORES A CURTO PRAZO	113810601 Val. a Rec. por Devol. Desp. Estornadas	349,55	-	-	-	349,55
	113813100 Créditos Parcelados	302.661,79	403.782,52	0,06%	-25,04%	-101.120,73
	113823800 Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	476.731.474,38	528.048.788,39	95,03%	-9,72%	-51.317.314,01
	Total	477.034.485,72	528.452.570,91	95,09%	-9,73%	51.418.085,19
TOTAL GERAL	501.654.647,35	545.398.200,66	100,00%	-8,02%	-43.743.553,31	

Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.3 Nota 3 – Estoques

A conta de estoques apresenta um acréscimo de 1,46% em relação ao exercício anterior. Esta conta é composta principalmente por Materiais de Consumo, conforme demonstrado na Tabela 1.8.1.3-1.

O item “Estoque de Materiais de Consumo” apresenta um saldo equivalente a 70,75% do total da conta contábil, registra os valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifados destinados a atender ao consumo interno.

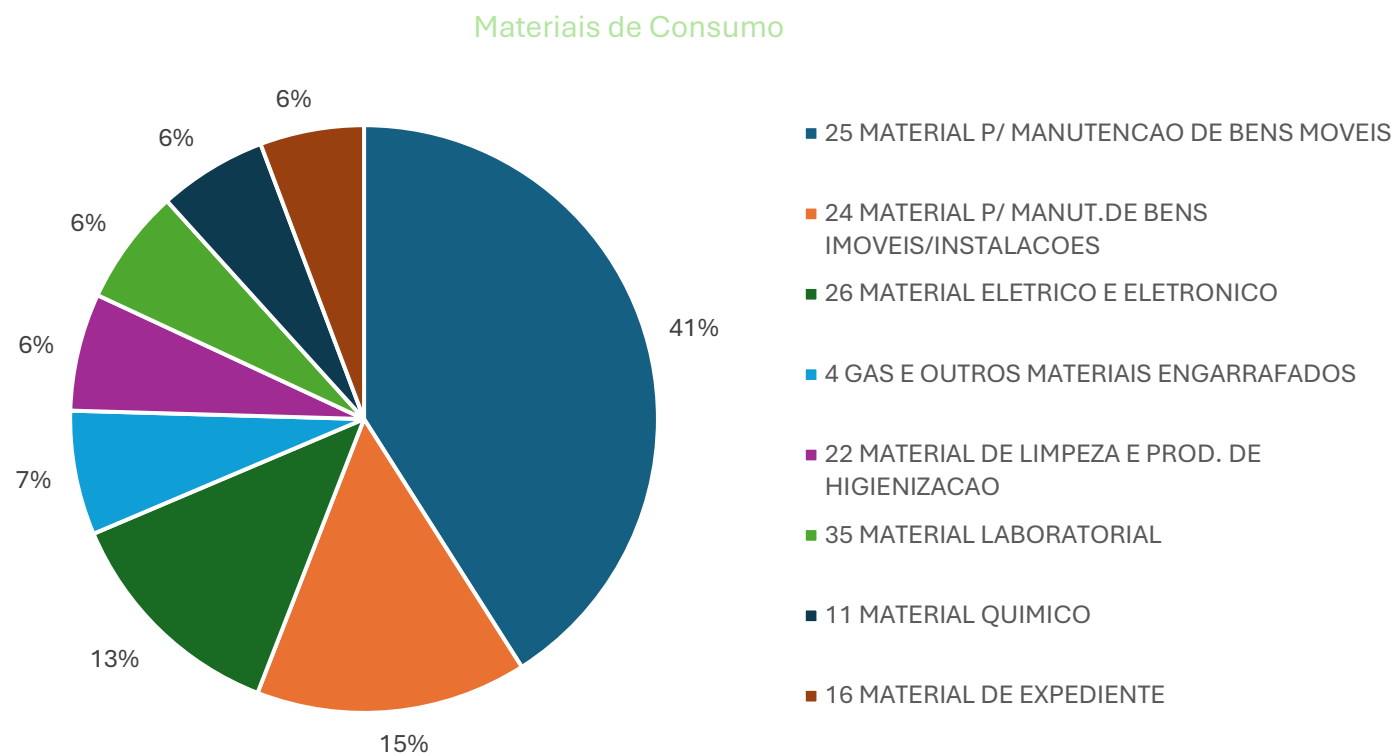
Conforme Gráfico 1.8.1.3-1, segue discriminação por subitem do “Estoque de Materiais de Consumo”, cujo maior percentual se concentra no subitem 25-Material para Manutenção de Bens Móveis, representando 41% do total da conta.

Tabela 1.8.1.3-1 – Estoques – Composição

CONTA CONTÁBIL		2025	2024	AV%	AH%
115110101	Mercadorias para Venda ou Revenda	537.694,38	473.911,38	2,49%	11,86%
115110103	Mercadorias - Estoque por Atacado	0,00	63.783,00	0,29%	-100,00%
115610100	Materiais de Consumo	15.276.773,67	14.815.022,57	70,75%	3,02%
115810500	Importações em Andamento - Estoques	5.714.564,79	5.866.335,27	26,47%	-2,66%
TOTAL		21.529.032,84	21.219.052,22	100,00%	1,46%

Fonte: SIAFI 2025

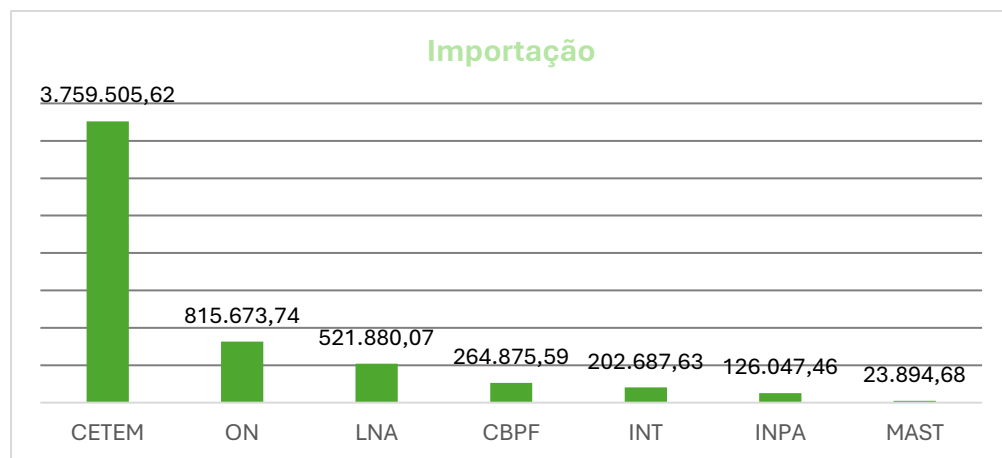
Gráfico 1.8.1.3-1 - Materiais de Consumo por Subitem



Fonte: SIAFI 2025

O item “Importações em Andamento – Estoques” apresenta um saldo de 5,7 milhões, que equivale a 26,47% do total da conta de estoques, registra as importações em andamento de bens em estoque para pesquisa, distribuídas por Unidade Gestora Executora, concentrando maior valor no Centro de Tecnologia Mineradora (CETEM), conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1.8.1.3-2 – Importações em Andamento por Unidade Gestora



Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.4 Nota 4 –Créditos a Longo Prazo

O item “Créditos a Longo Prazo” apresentou um acréscimo de 11,86% em relação ao exercício anterior. A maior variação ocorreu na conta contábil Fat/Duplic a Rec. – Prestação de Serviços-Intra, cujo montante se refere à celebração de Acordo de Cooperação entre a extinta Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space – ACS e a União, à época representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Agência Espacial Brasileira, acerca da execução de obras e serviços técnicos de responsabilidade brasileira no escopo do Tratado promulgado pelo Decreto nº 5.436, de 28 de abril de 2005.

Observa-se que o maior percentual se concentra na conta Créditos a Receber por Falta/Irregularidade de Comprovação que registra os débitos atualizados com imputação de responsabilidade decorrente da instauração de tomada de contas especial, representando 62,62% do grupo, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

Tabela 1.8.1.4-1 – Créditos a Longo Prazo – Composição

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AV%	AH%
121110206 Fatur/Duplic a Rec.- Prest.de Serviços -Intra	75.781.038,00	51.899.091,52	36,74%	46,01%
121210505 Créd. a Rec. Responsáveis por Danos/Perdas	517.429,48	517.429,48	0,25%	-
121210508 Cred. a Rec. por Falta/Irregul. Comprovação	129.171.570,56	130.471.990,10	62,62%	-0,99%
121210603 Depósitos Judiciais Efetuados	253.505,09	253.505,09	0,12%	-
121210604 Depósitos Judiciais Recebidos	0,00	7.485,83	-	-100%
121219803 Créd. por Concessão Direit. Uso/Expl. Bens	29.614,11	29.614,11	0,01%	-
121219813 Indenizações e Restituições a Receber	18.099,90	18.099,90	0,01%	-
121219817 Créditos Parcelados	508.663,73	1.212.665,82	0,25%	-58,05%
TOTAL	206.279.920,87	184.409.881,85	100,00%	11,85%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.5 Nota 5 – Investimentos

A conta de Investimentos permaneceu inalterada em relação ao exercício anterior, sendo assim, entende-se não haver necessidade de tecer comentários.

1.8.1.6 Nota 6 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto de dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Tabela 1.8.1.6-1 – Imobilizado – Composição

IMOBILIZADO	2025	2024	AV%	AH%
BENS MÓVEIS				
Valor bruto contábil	1.825.615.678,87	1.708.474.310,19	16,57%	6,86%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-888.291.635,31	-809.112.701,39	-8,06%	9,79%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-7.763,81	-7.763,81	-	-
BENS IMÓVEIS				
Valor bruto contábil	10.092.942.125,29	9.709.351.860,65	91,59%	3,95%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.919.311,55	-9.459.249,52	-0,10%	15,44%
TOTAL	11.019.339.093,49	10.599.246.456,12	100,00%	3,96%

Fonte: SIAFI 2025

A Tabela acima demonstra a composição do grupo, totalizando, em 2025, a importância de R\$ 11 bilhões, cujo maior percentual concentra-se nos Bens Imóveis, que representa 91,59% do grupo do imobilizado.

Bens Móveis: cabe destacar que, em algumas Unidades de Pesquisa, os Bens Móveis ainda estão em processo de incorporação ao Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) e, contabilmente, estão classificados nas seguintes contas, conforme Tabela abaixo:

Tabela 1.8.1.6-2 – Bens Móveis – Composição

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.154.870.531,96	1.134.338.973,54	63,26%	1,81%
Bens de Informática	404.545.699,11	349.872.498,11	22,16%	15,63%
Móveis e Utensílios	89.562.520,60	87.705.736,46	4,91%	2,12%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	20.235.539,16	19.855.065,70	1,11%	1,92%
Veículos	25.917.416,08	24.904.823,83	1,42%	4,07%
Bens Móveis em Andamento	106.802.928,43	77.228.993,52	5,85%	38,29%
Bens Móveis em Almoxarifado	9.350.832,16	38.650,90	0,51%	24093,05%
Armamentos	719,46	719,46	-	-
Demais Bens Móveis	14.329.491,91	14.528.848,67	0,78%	-1,37%
SUBTOTAL	1.825.615.678,87	1.708.474.310,19	100,00%	6,85%
Depreciação / Amortização Acumulada	(888.291.635,31)	(809.112.701,39)	-94,77%	9,79%
Redução ao Valor Recuperável	(7.763,81)	(7.763,81)	-	-
TOTAL	937.316.279,75	899.353.844,99	100,00%	4,22%

Fonte: SIAFI 2025

Observa-se uma variação positiva de 4,22% na composição dos Bens Móveis, em comparação ao exercício anterior, deduzidas a depreciação e a redução ao valor recuperável. No item “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, concentra-se o maior percentual na análise vertical de 63,26%, proveniente de materiais de medição, orientação, máquinas e equipamento energéticos, aparelhos médicos e odontológicos, equipamentos e acessórios aeronáuticos.

O item “Bens Móveis em Almoxarifado” obteve um acréscimo de 24.093% comparado ao exercício anterior, decorrente da liquidação dos empenhos de material permanente pelo sistema Contratos. Cabe destacar que houve alteração no roteiro contábil, passou-se a realizar o registro na conta Estoque Interno e que, após a distribuição dos bens, será contabilizado na conta do ativo imobilizado correspondente ao material adquirido, como, por exemplo, equipamentos para áudio, vídeo e foto e aparelhos e utensílios domésticos.

Bens Imóveis: os Bens Imóveis estão classificados nas seguintes contas contábeis, conforme Tabela abaixo:

Tabela 1.8.1.6-3 – Bens Imóveis – Composição

CONTA CORRENTE	2025	2024	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	9.053.751.684,11	8.958.700.081,02	89,70%	1,06%
Bens Dominicais	25.700,00	25.700,00	-	-
Bens Imóveis em Andamento	1.017.168.269,53	729.717.876,21	10,08%	39,39%
Instalações	14.160.541,33	13.072.273,10	0,14%	8,33%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	7.835.930,32	7.835.930,32	0,08%	-
SUBTOTAL	10.092.942.125,29	9.709.351.860,65	100,00%	48,78%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(10.919.311,55)	(9.459.249,52)	-0,11%	15,44%
TOTAL	10.082.022.813,74	9.699.892.611,13	100,00%	3,94%

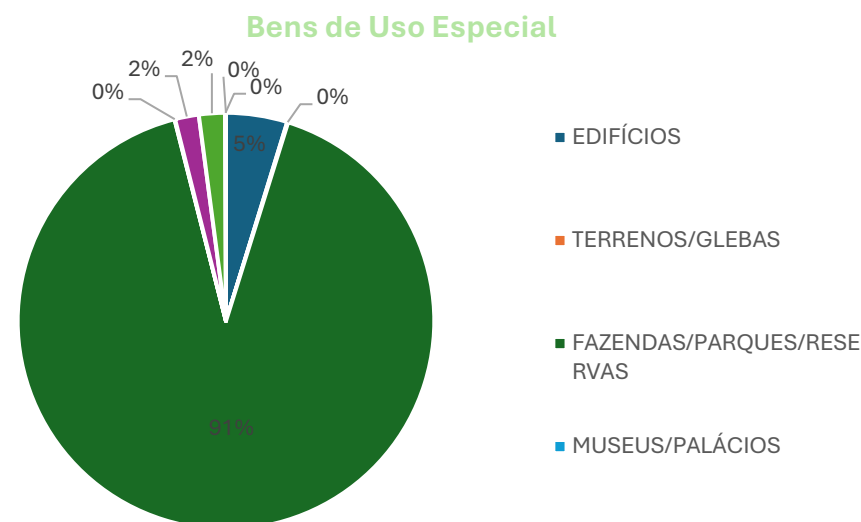
Fonte: SIAFI 2025

De acordo com a Tabela acima, o grupo dos Bens Imóveis apresentou um acréscimo de 3,94% em relação ao exercício anterior, sendo que os Bens de Uso Especial correspondem a 89,70% do grupo, ou seja, o item mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal constituído por Edifícios, Terrenos/Glebas, Fazendas, Parques e Reservas,

Museus/Palácios, Laboratórios/Observatórios, Complexos/Fábricas/Usinas e Salas/Escritórios.

Observa-se que o maior percentual se concentra na conta Fazendas/Parques/Reservas que equivale a 91% dos Bens de Uso Especial, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1.8.1.6-1 – Bens Imóveis de Uso Especial – Composição



Fonte: SIAFI 2025

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023.

As Tabelas abaixo ilustram os valores de depreciação acumulados até o final de cada exercício, das contas de bens móveis e imóveis, que representa o desgaste pelo uso, ação

da natureza ou obsolescência, reduzindo assim, o valor de cada elemento do ativo imobilizado.

Nacional (STN), de acordo com planilha encaminhada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

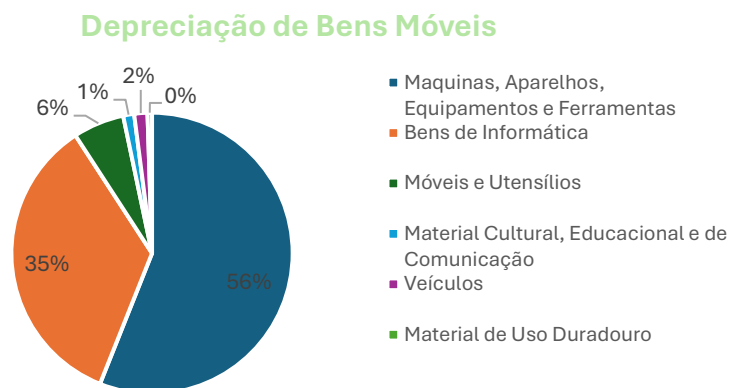
Tabela 1.8.1.6-4 – Depreciação de Bens Móveis por Conta Corrente – Composição

CONTA CORRENTE	2025	2024
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	(497.787.951,65)	(457.238.275,74)
Bens de Informática	(309.024.661,72)	(280.953.866,82)
Móveis e Utensílios	(52.190.201,82)	(45.761.119,74)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	(11.191.433,01)	(8.893.888,78)
Veículos	(13.524.770,52)	(12.878.711,27)
Material de Uso Duradouro	(4.572.616,59)	(3.386.839,04)
TOTAL	(888.291.635,31)	(809.112.701,39)

Fonte: SIAFI 2025

O gráfico abaixo ilustra o percentual de valores acumulados depreciados até o final do exercício de 2025, apresentando maior percentual de depreciação na conta de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, qual seja 56%.

Gráfico 1.8.1.6-2 – Depreciação de Bens Móveis por Conta Corrente – Composição



Fonte: SIAFI 2025

A Depreciação dos Bens Imóveis é resultado do desgaste progressivo de uma edificação, sendo, até o presente momento, registrado, mensalmente, pela Secretaria do Tesouro

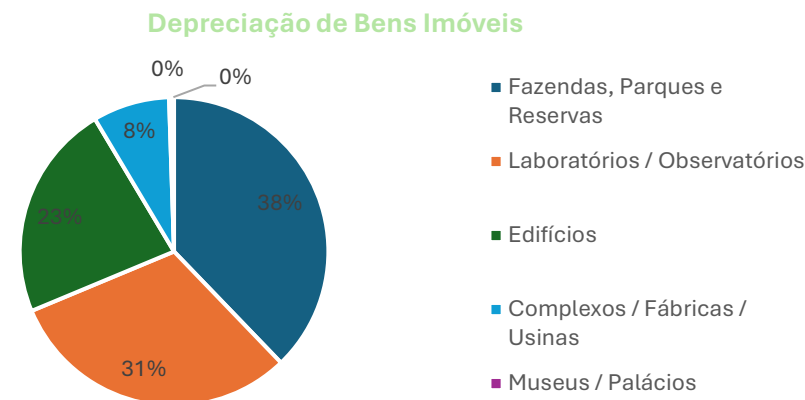
Tabela 1.8.1.6-5 – Depreciação de Bens Imóveis por Conta Corrente – Composição

CONTA CORRENTE	2025	2024
Fazendas, Parques e Reservas	(4.128.377,34)	(3.717.305,10)
Laboratórios / Observatórios	(3.374.714,70)	(2.978.540,60)
Edifícios	(2.481.212,81)	(1.990.272,74)
Complexos / Fábricas / Usinas	(878.449,63)	(729.742,23)
Museus / Palácios	(42.227,24)	(35.112,88)
Salas	(14.329,83)	(8.275,97)
TOTAL	(10.919.311,55)	(9.459.249,52)

Fonte: SIAFI 2025

O gráfico abaixo ilustra o percentual de valores acumulados depreciados até o final do exercício de 2025, apresentando maior percentual na conta Fazendas, Parques e Reservas, o qual equivale a 38%.

Gráfico 1.8.1.6-3 – Depreciação de Bens Imóveis por Conta Corrente – Composição



Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.7 Nota 7 – Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade (Tabela 1.8.1.7-1).

A maioria dos intangíveis referem-se a Software, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos institucionalmente, englobando valores referentes a sua construção, implementação e instalação, de modo que a diferença entre eles é que os softwares de vida útil definida estão sujeitos a amortização.

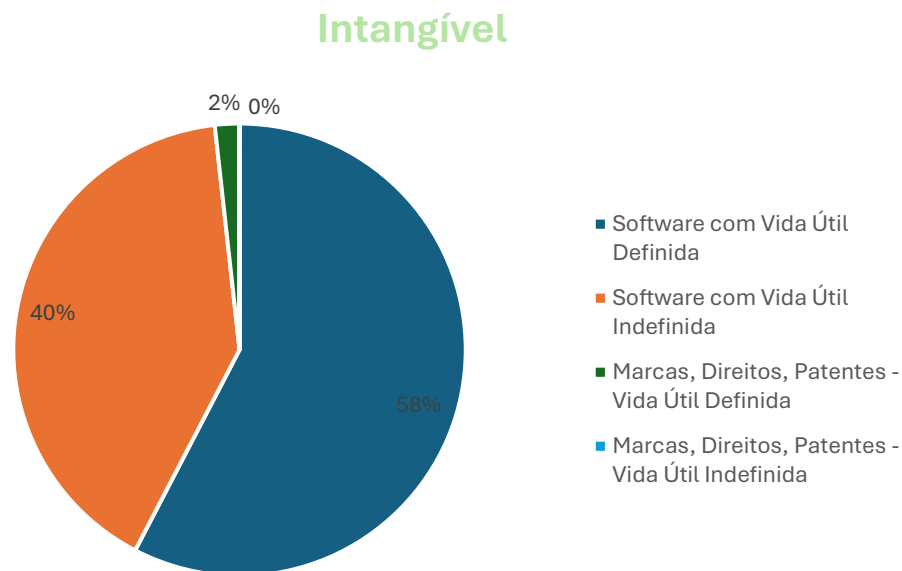
Observa-se no total um decréscimo de 1,97%, em comparação ao exercício anterior, contudo, o maior acréscimo se concentra na conta de Software com vida útil definida, que equivale a 6,39% e apresentou o maior percentual no grupo, conforme demonstra o Gráfico 1.8.1.7-1:

Tabela 1.8.1.7-1 – Intangível – Composição

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AV%	AH%
Software com Vida Útil Definida	32.764.482,11	30.796.163,32	57,64%	6,39%
Software com Vida Útil Indefinida	23.085.015,39	26.189.652,04	40,61%	-11,85%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	993.900,83	986.144,83	1,75%	0,79%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	4.409,00	4.409,00	0,01%	-
SUBTOTAL	56.847.807,33	57.976.369,19	100,00%	-4,68%
Amortização Acumulada	(1.242.206,08)	(1.250.838,41)	-2,23%	-0,69%
TOTAL	55.605.601,25	56.725.530,78	100,00%	-1,97%

Fonte: SIAFI 2025

Gráfico 1.8.1.7-1 – Intangível – Composição



Fonte: SIAFI 2025

1.8.1.8 Nota 8 – Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido

Tabela 1.8.1.8-1 – Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido – Composição

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	3.809.987.180,01	4.457.969.473,32	-14,54%	31,87%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	117.322.372,66	132.218.093,88	-11,27%	0,98%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	241.427.272,07	203.829.942,90	18,45%	2,02%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.366.181,03	7.235.680,89	43,26%	0,09%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.296.426,44	1.296.426,44	-	0,01%
Provisões a Curto Prazo	0,00	71.400,00	-100,00%	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.439.574.927,81	4.113.317.929,21	-16,38%	28,77%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.084.315,10	1.086.315,10	-0,18%	0,01%
Provisões a Longo Prazo	1.084.315,10	1.086.315,10	-0,18%	0,01%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.811.071.495,11	4.459.055.788,42	-14,53%	31,88%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	953.124.456,01	953.124.456,01	-	7,97%
Demais Reservas	220.850.766,57	222.055.607,30	-0,92%	1,85%
Resultados Acumulados	6.969.909.428,92	5.963.939.963,59	16,88%	58,30%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.143.884.651,50	7.139.120.026,90	14,07%	68,12%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.954.956.146,61	11.598.175.815,32	3,08%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

O Passivo Exigível apresentou um decréscimo de 14,53% em comparação ao exercício anterior. No Passivo Circulante, o saldo na conta “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” é referente à folha de pessoal de dezembro de 2025, tendo em vista alteração na rotina das ordens bancárias que passou a ser gerada no primeiro dia útil do mês subsequente. A conta “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Obrigações Fiscais a Curto Prazo” registra os valores a pagar de fornecedores nacionais de bens materiais e serviços prestados às entidades, bem como lançamentos do balanço de 31/12/2020 da extinta empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), atualizados mensalmente, em processo de inventariança. Com relação à conta “Obrigações de Repartição a Outros Entes” essa se refere a transferências financeiras entre entes da federação ou com entidades privadas por meio da celebração de um instrumento jurídico de convênios. A conta “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a pagamento de contrato de gestão, visando fomentar o desenvolvimento das atividades previstas no âmbito dos contratos de gestão celebrados. Os Valores Restituíveis são relativos à folha de pagamento de dezembro/2025, aos Depósitos Não Judiciais, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos para Importações e Pesquisa e às transferências financeiras a comprovar dos Termos de Descentralização de Créditos – TEDs firmados entre órgãos federais.

Observa-se provisão a longo prazo de indenizações trabalhistas procedente da extinta empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), saldo do balanço de 31/12/2020, em processo de inventariança, conforme já citado anteriormente.

1.8.1.9 Nota 9 – Patrimônio Líquido

Observa-se, no grupo do Patrimônio Líquido, reflexo da incorporação de saldo do balanço de 31/12/2020 da extinta Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) - Declarada pela MP nº 858/2018, convertida em Lei nº 13.814, de 17/04/20019, Decreto Regulamentar nº 9.581 de 23/11/2018, no montante de R\$ 953,1 milhões, demonstrado na Tabela 1.8.1.8.1 – Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido – Composição.

Com relação à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no exercício de 2025, esta apresentou saldo positivo de 238 milhões, decorrentes da incorporação de bens móveis de exercícios anteriores, ajustes de bens moveis/depreciação realizados pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sistema que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte, bem como o estorno de registro de baixa na conta de estudos e projetos e obras em andamento referente a obras da Empresa Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), conforme orientação contida no item 12 do Parecer SEI nº 2864/2025/MF, de 07/08/2025.

No que se refere ao total do Patrimônio Líquido, observa-se um acréscimo de 14,07% em 2025, comparado ao exercício anterior, procedente da conta de Resultados Acumulados.

1.8.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP visa evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apura o resultado patrimonial do exercício.

Tabela: 1.8.2-1– Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) - Composição

	2025	2024	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	41.568.272.958,41	33.870.499.497,86	22,73%	100,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.472.496,59	1.981.341,07	-25,68%	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	98.687,94	105.361,16	-6,33%	-
Transferências e Delegações Recebidas	39.252.947.040,46	33.678.508.241,20	16,55%	94,43%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.284.152.374,39	175.778.125,98	1199,45%	5,49%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.602.359,03	14.126.428,45	109,55%	0,07%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	40.804.452.295,00	35.094.909.703,78	16,27%	100,00%
Pessoal e Encargos	842.119.309,14	710.136.535,18	18,59%	2,06%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	982.866.592,46	1.339.195.438,56	-26,61%	2,41%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	515.940.359,68	521.915.303,31	-1,14%	1,26%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.708,56	50.759,32	-71,02%	-
Transferências e Delegações Concedidas	36.868.951.125,02	31.074.931.821,35	18,65%	90,36%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.590.539.045,41	1.445.935.662,36	10,00%	3,90%
Tributárias	1.136.264,98	889.831,42	27,69%	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.884.889,75	1.854.352,28	1,65%	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	763.820.663,41	-1.224.410.205,92	-162,38%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.2.1 Nota 10 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. Esse resultado apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

As Variações Patrimoniais Aumentativas, no encerramento do exercício de 2025, tiveram um acréscimo de 22,73% comparado ao exercício anterior e vale destacar as contas, dentre as VPAs:

- Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos - houve um decréscimo de 25,68% comparado ao exercício anterior, decorrente de redução nas receitas de aluguéis, taxa de inscrição de concurso, serviços tecnológicos, serviços administrativos e serviços recreativos e culturais e vendas de livros periódicos e assemelhados.
- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras - observa-se um decréscimo de 6,33% comparado ao exercício anterior, decorrente da baixa de cobrança de juros e multas com penalidades pecuniárias e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento das obrigações.
- Transferências e Delegações recebidas - representam 94,43% do total das VPAs, correspondem a créditos decorrentes da execução orçamentária e transferências financeiras de bens ou valores recebidos para restos a pagar e outras finalidades independentes da execução orçamentária.
- Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos - observou-se um acréscimo considerável de 1.199,45%, comparado ao exercício anterior, decorrente de incorporação de novos ativos, a exemplo de repasse financeiro referente aos termos de execução descentralizada (TED), e de desincorporação de passivos, decorrentes de comprovação no sistema SIAFI dos TEDs firmados com outros órgãos federais, bem como de registros de atualização dos saldos contábeis da extinta empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), conforme disposto no artigo 5º, inciso II, do Decreto nº 9.581/2018, que atribui à Inventariança da ACS a responsabilidade pela gestão dos atos patrimoniais, contábeis, financeiros e administrativos durante o processo de liquidação .
- Outras variações Patrimoniais aumentativas - houve um acréscimo de 109,55% comparado ao exercício anterior, resultante de registros relativos à aplicação de multas administrativas, indenização de créditos da união, ressarcimento de recursos de convênios quando da conclusão, da não execução da despesa e/ou cancelamento do convênio.

As Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram um acréscimo no final de 2025, em comparação ao exercício anterior - 16,27%, com destaque para as contas:

- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – apresentou variação negativa de 71,02% decorrente de diminuição de pagamento com juros e encargos a título de penalidade em virtude de atrasos e não cumprimento dos prazos dos contratos de prestação de serviços e aquisição de bens.
- Cabe destacar que a conta de Transferências e Delegações Concedidas corresponde a 90,36% do total da VPD e refere-se às transferências concedidas para execução da despesa orçamentária, transferências intragovernamentais, instituições privadas e transferências ao exterior.
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos - observou-se um acréscimo de 10% nos casos de perdas involuntárias de bens moveis, com softwares e estoques e incorporação de passivos decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de termo de execução descentralizada pendente de comprovação e desincorporação de ativo decorrente de comprovação de termo de execução descentralizada (TED), e atualização dos saldos contábeis da extinta empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).
- Tributárias – houve um acréscimo de 27,69% em relação ao exercício anterior, referente a pagamento de imposto s/propriedade de veículos, taxas do DETRAN, contribuição para o serviço de iluminação pública, taxa de licenciamento ambiental do empreendimento Centro de Lançamento Projeto Alcântara Cyclone Space (ACS), contribuições sociais e sindicais.
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – observou-se um decréscimo de 1,65%, comparado ao exercício anterior, referente aos registros com concessão de auxílios financeiros a estudantes para desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, pagamento de ajuda de custo e pagamento de contribuição associativa do termo de cessão de uso, firmado com o Parque Tecnológico de São José dos Campos.

Em análise à Demonstração das Variações Patrimoniais, observa-se um **resultado patrimonial** positivo de R\$ 763,8 milhões em 2025, que equivale a 162,38% maior, comparado ao exercício anterior, oriundo do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, considerando que em 2024 o resultado patrimonial foi negativo em R\$ 1.2 bilhões.

1.8.3 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário - BO objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

Conforme previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Apresenta, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação.

No encerramento de 2025, o BO apresentou um **resultado orçamentário** deficitário de R\$ 3,8 bilhões, conforme Tabela abaixo, o que não representa um impacto negativo. As receitas vinculadas do órgão são insuficientes para equilíbrio das despesas, sinalizando dependência do Tesouro Nacional para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo para as despesas com pessoal e encargos sociais. Esses créditos orçamentários não são evidenciados no BO, tendo em vista metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional quanto à sua elaboração, mas podem ser identificados no Balanço Financeiro, Transferências Financeiras Recebidas, nos itens dos ingressos.

Tabela: 1.8.3-1 – Receitas Realizadas versus Despesas Empenhadas - Composição

RECEITAS REALIZADAS X DESPESAS EMPENHADAS	
Receitas Correntes	101.252.526,22
Receitas de Capital	0,00
Total das Receitas	101.252.526,22
Despesas Correntes	3.863.635.347,61
Despesas de Capital	56.649.808,88
Total das Despesas	3.920.285.156,49
Déficit	(3.819.032.630,27)

Fonte: SIAFI 2025

1.8.3.1 Nota 11 – Receita: Previsão versus Execução

Na receita realizada, observa-se, na Tabela abaixo, maior arrecadação na Receita Patrimonial - R\$ 100 milhões - que equivale a 77,59% da receita prevista, com destaque na receita de compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM que constitui fato gerador mediante saída por venda mineral das áreas de jazidas, minas, salinas ou outros depósitos minerais, bem como transformação industrial dos produtos minerais ou mesmo o seu consumo por parte do minerador.

Destinação legal: 25% aos estados produtores de bens minerais; 65% aos municípios produtores de bens minerais; 3% ao MDR, 3% ao MME, 4% ao FNDCT. Lei nº 7.990, de 28/12/1989 c/c Decreto nº 1, de 1991; Art.2º da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art.2º da Lei nº 13.540, de 2017); Lei 13.575 de 26/12/2017.

A receita de Serviços obteve uma arrecadação de 63,69% comparada à previsão, procedente de serviços tecnológicos, administrativos e comerciais gerais proporcionados por análises químicas, ensaios físicos e mecânicos, controle e experimentação qualitativa de matérias primas, insumos e produtos fabricados; ajustes dos processos e técnicas de produção industrial (Sistema Nacional de Tecnologia), especificação e controle de qualidade de medicamentos, insumos farmacêuticos, por meio de provas específicas de identificação, de pureza e de testes de contaminação microbiológica e das receitas das atividades do comércio varejista e atacadista de livros, periódicos, material escolar e de publicidade.

Nas Outras Receitas Correntes, arrecadou-se R\$ 99,4 mil, que corresponde a demais receitas correntes próprias das unidades, procedentes de multas administrativas, contratuais e judiciais, a exemplo de multa aplicada pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal (CONCEA) atinente ao uso científico de animais.

Tabela 1.8.3.1-1 – Receita Prevista versus Realizada - Composição

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	%REALIZAÇÃO	SALDO
RECEITAS CORRENTES	130.681.858,00	101.252.526,22	77,48%	-29.429.331,78
Receita Patrimonial	128.938.781,00	100.042.850,02	77,59%	-28.895.930,98
Receita de Serviços	1.743.077,00	1.110.187,76	63,69%	-632.889,24
Outras Receitas Correntes	0,00	99.488,44	-	99.488,44
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-	0,00
TOTAL RECEITAS	130.681.858,00	101.252.526,22	77,48%	-29.429.331,78

Fonte: SIAFI 2025

1.8.3.2 Nota 12 – Créditos Adicionais Abertos

Créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (Lei nº 4.320/64, art. 40). Permitem, na realidade, o reforço e a abertura de novas dotações para ajustar o orçamento aos objetivos a serem atingidos pelo Governo.

Alterações orçamentárias são formas de modificar a lei orçamentária originalmente aprovada, a fim de adequá-la à real necessidade de execução dos órgãos, motivo pelo qual observa-se, na Tabela abaixo, créditos cancelados no montante de R\$ 322,2 milhões.

Tabela 1.8.3.2-1 – Créditos Adicionais – Composição

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-322.227.719,00
Superávit Financeiro	-
Créditos Cancelados	-322.227.719,00

Fonte: SIAFI 2025

1.8.3.3 Nota 13 – Execução da Despesa

O BO demonstra a execução da despesa registrada pelo Órgão, conforme Tabela abaixo:

Tabela 1.8.3.3-1 – Despesa Orçamentária - Composição

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes	2.718.465.435,00	3.863.635.347,61	3.570.384.371,76	3.401.509.281,69	-1.145.169.912,61
Despesas de Capital	36.987.756,00	56.649.808,88	28.336.758,56	28.002.134,87	-19.662.052,88
Reserva de Contingência	89.612.291,00	0,00	0,00	0,00	89.612.291,00
TOTAL	2.845.065.482,00	3.920.285.156,49	3.598.721.130,32	3.429.511.416,56	-1.075.219.674,49

Fonte: SIAFI 2025

No que se refere ao quociente entre as Despesas Empenhadas e a Dotação Atualizada, verificou-se que a capacidade de empenho do Órgão 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Administração Direta foi de 137,79% da dotação atualizada recebida, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 1.8.3.3-2 – Percentual de Execução da Despesa - Composição

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%EXECUÇÃO	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Correntes	2.718.465.435,00	3.863.635.347,61	142,13%	-1.145.169.912,61
Despesas de Capital	36.987.756,00	56.649.808,88	153,16%	-19.662.052,88
Reserva de Contingência	89.612.291,00	0,00	-0,00-	89.612.291,00
TOTAL	2.845.065.482,00	3.920.285.156,49	137,79%	-1.075.219.674,49

Fonte: SIAFI 2025

Observa-se registro de saldo de dotação negativo nas Despesas Correntes e de Capital decorrentes de alteração de metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, desde 2011, portanto, os destaques recebidos de outros órgãos não são computados na coluna da dotação autorizada, resultando, assim, em uma dotação negativa no referido balanço.

Cabe ressaltar que o total da Despesa Empenhada superior ao total da Dotação Atualizada não representa erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão empenhou despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários (destaque).

As despesas correntes tiveram uma execução de 142,13%, aplicadas com pessoal e encargos sociais, consumo de materiais, diárias, serviços técnicos e apoio administrativo, gráfico, serviços de conservação/manutenção predial, serviços de água e esgoto, energia elétrica, serviços de tecnologia da informação e contribuição voluntária.

Nas despesas de capital, o percentual de execução foi de 153,16%, aplicados em investimentos como: aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, reformas e ampliações, construção de alojamento, aquisição de software, celebração de termo de fomento e convênios com entidades municipais e OSCIPs e Contribuição Financeira à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnologia e Inovação.

1.8.3.4 Nota 14 – Restos a Pagar

Esta parte do BO tem como objetivo ilustrar o comportamento da gestão em saldar os compromissos assumidos em exercícios anteriores, assim como a inscrição de novos passivos financeiros.

A Tabela abaixo compreende o valor dos restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência passam a compor o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

Tabela 1.8.3.4-1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Composição

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	39.375.219,32	131.237.002,07	117.273.317,93	117.051.937,34	25.364.197,47	28.196.086,58
Pessoal e Encargos Sociais	12.850.986,72	28.034.504,73	17.088.765,34	17.088.765,34	12.950.251,74	10.846.474,37
Outras Despesas Correntes	26.524.232,60	103.202.497,34	100.184.552,59	99.963.172,00	12.413.945,73	17.349.612,21
DESPESAS DE CAPITAL	21.952.971,06	81.767.323,93	79.064.397,62	78.992.490,86	18.147.800,59	6.580.003,54
Investimentos	21.952.971,06	81.767.323,93	79.064.397,62	78.992.490,86	18.147.800,59	6.580.003,54
TOTAL	61.328.190,38	213.004.326,00	196.337.715,55	196.044.428,20	43.511.998,06	34.776.090,12

Fonte: SIAFI 2025

A Tabela abaixo compreende o valor dos restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Contempla, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. O órgão deverá, ao final do exercício, transferir os saldos de restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

Não se faz necessária a coluna Liquidados, uma vez que todos os restos a pagar evidenciados nesta Tabela já passaram pelo estágio da liquidação na execução orçamentária.

Tabela 1.8.3.4-2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - Composição

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.102.998,32	143.855.357,22	144.067.565,71	17.564,33	873.225,50
Pessoal e Encargos Sociais	258.763,69	132.802.216,03	132.802.216,03	0,00	258.763,69
Outras Despesas Correntes	844.234,63	11.053.141,19	11.265.349,68	17.564,33	614.461,81
DESPESAS DE CAPITAL	4.668,94	2.094.516,20	764.376,66	0,00	1.334.808,48
Investimentos	4.668,94	2.094.516,20	764.376,66	0,00	1.334.808,48
TOTAL	1.107.667,26	145.949.873,42	144.831.942,37	17.564,33	2.208.033,98

Fonte: SIAFI 2025

No que se refere aos Restos a Pagar, é possível afirmar que, ao final do exercício de 2025, foi pago um montante de aproximadamente 80,89%, 10,33% correspondem a cancelamentos e um saldo a pagar de 8,78% refere-se aos valores inscritos em exercícios anteriores para atender despesas administrativas das unidades de pesquisa vinculada ao MCTI, como, por exemplo, serviços tecnológicos, água, luz, terceirização, convênios firmados com secretarias de estado e municípios e fundações.

Tabela 1.8.3.4-3 – Percentuais de Execução/Saldo do Restos a Pagar - Composição

Total Pago (RPNP + RPP)	340.876.370,57
(/) Total Inscrito (RPNP + RPP)	421.390.057,06
(=) QERP	80,89%
Total Cancelado (RPNP + RPP)	43.529.562,39
(/) Total Inscrito (RPNP + RPP)	421.390.057,06
(=) QSRP	10,33%
Saldo (RPNP + RPP)	36.984.124,10
(/) Total Inscrito (RPNP + RPP)	421.390.057,06
(=) QSRP	8,78%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.4 Balanço Financeiro

O BF tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

De acordo com o art. 103 da Lei nº4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, pois pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

1.8.4.1 Nota 15 – Ingressos Financeiros

Dos Ingressos financeiros recebidos, o item de maior relevância foi o de transferências financeiras recebidas, representando 97,77% do grupo, com um acréscimo de 16,16%, comparado ao exercício anterior, e reflete as movimentações de recursos financeiros entre órgãos da administração direta e indireta, correspondentes aos valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para atender às demandas diárias das unidades gestoras.

Observa-se um acréscimo no exercício de 15,97% no total dos ingressos, comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

Tabela 1.8.4.1-1 – Ingressos - Composição

INGRESSOS	2025	2024	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	101.252.526,22	133.321.410,22	-24,05%	0,25%
Transferências Financeiras Recebidas	39.076.266.892,08	33.639.261.913,06	16,16%	97,77%
Recebimentos Extraorçamentários	599.454.537,06	513.700.266,65	16,69%	1,50%
Caixa e Equivalente Caixa do Exercício Anterior	191.070.951,63	178.012.655,21	7,34%	0,48%
TOTAL	39.968.044.906,99	34.464.296.245,14	15,97%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.4.2 Nota 16 – Dispêndios Financeiros

Com relação aos dispêndios financeiros, verifica-se, na Tabela abaixo, um acréscimo no total dos desembolsos realizados em relação ao mesmo período analisado do exercício anterior equivalente a 15,97%. Observa-se que as transferências financeiras concedidas constituem a maior parte, equivalentes a 88,54% dos dispêndios financeiros realizados, enquanto que os pagamentos extraorçamentários, que são despesas executadas principalmente com pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores, correspondem a 1,28% do total desses dispêndios realizados.

Tabela 1.8.4.2-1 – Dispêndios - Composição

DISPÊNDIOS	2025	2024	AH%	AV%
Despesas Orçamentárias	3.920.285.156,49	4.152.111.811,19	-5,58%	9,81%
Transferências Financeiras Concedidas	35.387.560.250,16	29.516.588.534,18	19,89%	88,54%
Pagamentos Extraorçamentários	510.105.068,67	604.524.948,14	-15,62%	1,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa Saldo par o Exercício Seguinte	150.094.431,67	191.070.951,63	-21,45%	0,38%
TOTAL	39.968.044.906,99	34.464.296.245,14	15,97%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.4.3 Nota 17 – Resultado Financeiro do Exercício

O **resultado financeiro** do exercício foi negativo no BF, conforme demonstrado nas Tabelas abaixo, qual seja, R\$ 40,9 milhões, o que não indica necessariamente que a entidade está com a situação financeira desconfortável, pois o resultado financeiro é um conceito de fluxo e não de estoque. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no BP.

A discriminação por fonte/destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes a receitas e despesas orçamentárias, demonstrados nas Tabelas abaixo:

Tabela 1.8.4.3-1 – Resultado Financeiro - Metodologia 1

METODOLOGIA 1	2025	2024	AH%
(+) INGRESSOS (exceto caixa)	39.776.973.955,36	34.286.283.589,93	16,01%
(-) DISPÊNDIOS (exceto caixa)	39.817.950.475,32	34.273.225.293,51	16,18%
RESULTADO FINANCEIRO	-40.976.519,96	13.058.296,42	413,80%

Fonte: SIAFI 2025

Tabela 1.8.4.3-2 – Resultado Financeiro - Metodologia 2

METODOLOGIA 2	2025	2024	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa Saldo para o Exercício Seguinte	150.094.431,67	191.070.951,63	-21,45%
Caixa e Equivalentes de Caixa Saldo do Exercício Anterior	191.070.951,63	178.012.655,21	7,34%
RESULTADO FINANCEIRO	-40.976.519,96	13.058.296,42	413,80%

Fonte: SIAFI 2025

1.8.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

1.8.5.1 Nota 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 1.8.5.1-1 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2025	2024	AH%
Atividades Operacionais	52.796.692,60	109.498.896,73	-51,78%
Atividades de Investimento	-93.773.212,56	-96.440.600,31	-2,77%
Atividades de Financiamento	0,00	0,00	-
TOTAL	-40.976.519,96	13.058.296,42	-413,80%

Fonte: SIAFI 2025

Conforme já demonstrado na Nota 17 do Balanço Financeiro, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi negativa em R\$ 40,9 milhões, apresentando um decréscimo de 413,80%, comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela acima.

1.8.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício, sendo obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.


1.8.6.1 Nota 18 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Tabela 1.8.6.1-1 – Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL	2025	2024	AH%	AV%
Patrimônio /Capital Social	953.124.456,01	953.124.456,01	-	11,70%
Demais Reservas	220.850.766,57	222.912.124,75	-0,92%	2,71%
Resultados Acumulados	6.969.909.428,92	5.963.083.446,14	16,88%	85,59%
TOTAL	8.143.884.651,50	7.139.120.026,90	14,07%	100,00%

Fonte: SIAFI 2025

Demonstra as transações ocorridas nas contas que integram o grupo do Patrimônio Líquido durante o exercício social, comparando a movimentação do exercício-base com a do anterior, observa-se um acréscimo de 14,07% pelo impacto do resultado do exercício, decorrente de ajustes de exercícios anteriores.



Demonstrações Contábeis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Este Capítulo apresenta informações contábeis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT

2.1 Balanço Patrimonial

Quadro 2.1-1 - Balanço Patrimonial - FNDCT

Em milhares de reais

ATIVO	2025	2024	PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.151.861	23.461.554	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.000	48
Créditos a Curto Prazo	804.749	705.108	Transferências Fiscais a Curto Prazo	461.462	105.528
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	681.177	655.209	Demais Obrigações a Curto prazo	140.836	127.760
Demais Créditos e Valores	123.572	49.899			
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	9.185.882	9.848.990			
Outros Cred a Rec e Valores a CP	50.329	34.970			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	35.192.821	34.050.622	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	607.298	233.336
Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo			Passivo Não Circulante		
Créditos a Longo Prazo	30.216.615	21.738.101			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	30.085.956	21.620.941			
Demais Créditos e Valores	131.259	117.760			
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-600	-600			
Investimentos		-			
Participações Permanentes		-			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.216.615	21.738.101	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
			Patrimônio Líquido		
			Resultado Acumulados	64.802.138	55.555.387
			Resultado do Exercício	9.246.751	12.212.837
			Resultados de Exercícios Anteriores	55.555.387	43.342.550
			Ajuste de Exercício Anteriores	-	-
			Total do Patrimônio Líquido	64.802.138	55.555.387
TOTAL DO ATIVO	65.409.436	55.788.723	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.409.436	55.788.723

Fonte: SIAFI - 31/12/2024.

Quadro 2.1-2 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

	2025	2024
Ativo (I)	65.409.436	55.788.723
Ativo Financeiro	25.151.861	23.461.554
Ativo Permanente	40.257.576	32.327.169
Passivo (II)	15.998.722	1.585.887
Passivo Financeiro	15.855.499	1.458.032
Passivo Permanente	143.223	127.855
Saldo Patrimonial (I - II)	49.410.714	54.202.836

Quadro 2.1-3 - Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

	2025	2024
Atos Potenciais Ativos	241.839	38.606
Garantias e Contrapartidas Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	241.839	38.606
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	241.839	38.606
Atos Potenciais Passivo	9.097.762	8.654.209
Garantias e Contragarantias concedidas	-	-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	9.097.762	8.654.209
Obrigações contratuais	-	-
Outros atos potenciais passivos	-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	9.097.762	8.654.209

Quadro 2.1-4 - Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

	2024
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	9.296.361
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-5.000
Previdência Social (RPPS)	-
Transferências Constitucionais e Legais	-
Operações de Crédito	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	9.301.361
Saldo Patrimonial (I - II)	9.296.361

2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 2.2-1 Demonstração das Variações Patrimoniais

Em milhares de reais

	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições	19.155.270	17.641.434
Contribuições Sociais	9.810	967.138
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	19.145.460	16.674.296
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.545.647	2.523.637
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	482.558	142.681
Juros e Encargos de Mora	111	35
Variações Monetárias e Cambiais	-	5.231
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.062.978	2.375.690
Transferências e Delegações Recebidas	16.137.643	11.981.328
Transferências Intragovernamentais	16.137.643	11.981.337
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-9
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	2.018.321	2.086.839
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.014.583	2.086.839
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.738	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	131.909	98.289
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	131.909	98.289
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	39.988.790	34.331.527

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	151.689	127.247
Serviços	151.689	127.247
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	27.589.383	21.439.500
Transferências Intragovernamentais	22.660.226	18.126.583
Transferências Intergovernamentais	4.929.157	3.312.917
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos	2.710.469	253.871
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		
Incorporação de Passivos	30.920	7.864
Desincorporação de Ativos	2.679.549	246.007
Tributárias	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	290.498	298.072
Subvenções Econômicas	253.579	268.516
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	36.919	29.555
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	30.742.039	22.118.690
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	9.246.751	12.212.837

2.3 Balanço Orçamentário

Quadro 2.3-1 - Receitas Orçamentárias

Em milhares de reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)	19.947.890	19.947.890	16.952.326	-2.995.564
Receitas Tributárias	3.266	3.266	3.751	485
Receitas de Contribuições	15.913.700	15.913.700	13.547.978	-2.365.722
Receita Patrimonial	3.864.498	3.864.498	2.879.351	-985.147
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	166.426	166.426	408.885	242.459
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	112.361	112.361
RECEITA DE CAPITAL (II)	655.209	655.209	655.291	82
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	655.209	655.209	655.291	82
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	20.603.099	20.603.099	17.607.617	-2.995.482
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS	20.603.099	20.603.099	17.607.617	-2.995.482
TOTAL	20.603.099	20.603.099	17.607.617	-2.995.482

Quadro 2.3-2 - Despesas Orçamentárias

Em milhares de reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.987.599	5.115.012	5.115.030	4.286.005	3.962.062	-18
Outras Despesas Correntes	4.987.599	5.115.012	5.115.030	4.286.005	3.962.062	-18
DESPESAS DE CAPITAL	2.346.867	2.219.453	2.219.453	1.840.241	1.507.444	
Investimentos	2.310.127	2.205.622	2.205.622	1.833.584	1.500.787	
Inversões Financeiras	36.740	13.831	13.831	6.657	6.657	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE DESPESAS	7.334.466	7.334.466	7.334.484	6.126.246	5.469.506	-18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO	7.334.466	7.334.466	7.334.484	6.126.246	5.469.506	-18
SUPERAVIT	-	-	10.273.134	-	-	-10.273.134
TOTAL	7.334.466	7.334.466	17.607.617	6.126.246	5.469.506	-10.273.152

Quadro 2.3-3 - Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em milhares de reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	116.197	918.998	858.893	844.681	48.061	142.454
Outras Despesas Correntes	116.197	918.998	858.893	844.681	48.061	142.454
DESPESAS DE CAPITAL	76.613	663.537	602.307	563.819	29.005	147.326
Investimentos	76.613	655.977	594.811	556.322	29.005	147.262
Inversões Financeiras	-	7.560	7.496	7.496	-	64
TOTAL	192.810	1.582.534	1.461.200	1.408.500	77.065	289.780

Quadro 2.3-4 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Em milhares de reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		7.699	72.196	68.860	1.829	9.207
Outras Despesas Correntes		7.699	72.196	68.860	1.829	9.207
DESPESAS DE CAPITAL		61	66.048	65.651	22	436
Investimentos		61	66.048	65.651	22	436
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-

Quadro 2.3-5 - Balanço Orçamentário – DESPESAS ÓRGÃO 74910 – REC. S/ SUP. DO FUNDO NAC. DES. CIENT. E TEC. – FNDCT

Em milhares de reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL	7.334.390	23.334.390	23.334.390	9.146.210	9.146.210	-
Investimentos						
Inversões Financeiras	7.334.390	23.334.390	23.334.390	9.146.210	9.146.210	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DE RPPS						
SUBTOTAL DE DESPESAS	7.334.390	23.334.390	23.334.390	9.146.210	9.146.210	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO	7.334.390	23.334.390	23.334.390	9.146.210	9.146.210	-
SUPERAVIT						
TOTAL	7.334.390	23.334.390	23.334.390	9.146.210	9.146.210	-

2.4 Balanço Financeiro

Quadro 2.4-1 - Balanço Financeiro

Em milhares de reais

INGRESSOS		2025	2024	DISPÊNDIOS		2025	2024
Receitas Orçamentárias (I)		17.607.677	16.729.699	Despesas Orçamentárias (I)		28.636.174	10.717.210
Ordinárias		-	-	Ordinárias		-	-
Vinculadas		16.115.401	14.734.704	Vinculadas		28.636.174	10.717.210
Seguridade Social (Exceto Previdência)		72	1.502	Seguridade Social (Exceto Previdência)		13.839	11.653
Transferências Constitucionais e Legais		-	-	Operações de Crédito		-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		16.115.330	14.733.202	Transferências Constitucionais e Legais		28.622.335	-
Outros Recursos Vinculados		-	-	Dívida Pública		-	-
Recursos Não Classificados		-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	10.705.557
(-) Deduções da Receita Orçamentária		1.492.276	1.994.996				
Transferências Financeiras Recebidas (II)		16.137.643	11.981.337	Transferências Financeiras Concedidas (II)		22.660.226	18.126.583
Resultantes da Execução Orçamentária		11.061.029	9.060.315	Resultantes da Execução Orçamentária		1.676.211	2.576.939
Repasse Recebido		11.061.029	9.060.315	Repasse Concedido		1.599.015	1.618.106
Independentes de Execução Orçamentária		5.076.614	2.921.023	Repasse Devolvido		77.196	958.833
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		830.392	488.400	Independentes de Execução Orçamentária		20.984.015	15.549.645
Demais Transferências Recebidas		6.400.732	5.361.116	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		398.029	232.588
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-2.154.511	-2.928.493	Demais Transferências Concedidas		2.823.133	66.060
				Movimento de Saldos Patrimoniais		17.762.853	15.250.996
Recebimentos Extraorçamentários (III)		20.386.769	5.305.831	Despesas Extraorçamentários (III)		1.145.382	618.090
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		416.428	101.141	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		99.101	9.470
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		15.194.355	1.222.613	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.046.280	608.619
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.775.986	3.982.077	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo de Exercício Anterior (IV)		23.461.554	18.906.569	Saldo para Exercício Seguinte (IV)		25.151.861	23.461.554
TOTAL (V)= (I + II + III + IV)		77.593.643	52.923.437	TOTAL		77.593.643	52.923.437

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 2.5-1 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
INGRESSOS	37.866.015	32.223.019
Receitas Derivadas e Originárias	16.952.386	16.259.605
Receita Tributária	3.751	2.487
Receita de Contribuições	13.547.978	12.509.877
Receita Patrimonial	2.879.339	1.151.031
Receita de Serviços	408.885	143.286
Remuneração das Disponibilidades	-	2.379.145
Outras Receitas Derivadas e Originárias	112.433	73.788
Transferências Recebidas	-	-9
Outros Ingressos das Operações	20.913.629	15.963.414
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	16.137.643	11.981.337
Arrecadação de Outra Unidade	4.775.986	3.982.077
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-27.670.636	-21.772.887
Pessoal e Demais Despesas	-437.187	-425.318
Saúde	-	-
Ciência e Tecnologia	-437.187	-425.318
Agricultura	-	-
Transferências Concedidas	-4.573.223	-3.220.986
Intergovernamentais	-99.423	-45.919
A Estados e/ou Distrito Federal	-88.278	-38.419
A Municípios	-11.145	-7.500
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-4.473.801	-3.175.067
Outros Desembolsos das Operações	-22.660.226	-18.126.583
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-22.660.226	-18.126.583
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	10.195.379	10.450.132
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	655.291	470.094
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	655.291	470.094

DESEMBOLSOS	-9.160.363	-6.365.241
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.153	-2.910
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-9.146.210	-6.362.331
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-8.505.072	-5.895.147
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II)	1.690.306	4.554.986
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	23.461.554	18.906.569
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	25.151.861	23.461.554

2.6 NOTAS EXPLICATIVAS

2.6.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis do FNDCT são elaboradas em consonância com as disposições da Lei nº 4.320/64, do Decreto-Lei nº 200/67, do Decreto nº 93.872/86 e da Lei nº 10.180/01. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelo MCASP, foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As demonstrações apresentadas incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora (UG) 240901 - FNDCT, com exceção do Balanço Orçamentário que apresenta dados da Unidade Orçamentária (UO) 24901 - FNDCT, pois somente dessa forma é possível demonstrar as informações orçamentárias do FNDCT em toda sua abrangência. Ainda no intuito de abranger toda movimentação orçamentária, completa-se o BO com o quadro de execução da despesa da UO 74910 - REC. S/ SUP. DO FUNDO NAC. DES. CIENT. E TEC. - FNDCT que trata especificamente a ação de empréstimo à FINEP.

2.6.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional do FNDCT é o Real, e o Fundo não possui saldos em moedas estrangeiras.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a receber - Compreendem os direitos de curto e longo prazo, sendo eles: empréstimos e financiamentos concedidos; e créditos por dano ao patrimônio de crédito administrativo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Passivo Circulante - As obrigações do FNDCT são evidenciadas por valores conhecidos e atestados até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: contas a pagar credores nacionais; e convênios e instrumentos congêneres.

Apuração do resultado - No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário - O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do FNDCT. A apuração desse resultado pode ser identificada no Balanço Financeiro, bem como, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em função das particularidades do FNDCT, pela observância do princípio de caixa único.

2.6.3 Caixa e equivalentes de caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) mantém, no exercício de 2025, saldos expressivos resultantes de um novo regime operacional introduzido pela Lei Complementar nº 177, de 2021. Essa norma alterou de forma estrutural e permanente a sistemática de gestão dos recursos do Fundo, ao permitir a incorporação das disponibilidades totais do FNDCT à sua própria Unidade Gestora – UG 240901 e a realização de aplicações financeiras com os saldos de recursos não utilizados.

Essas alterações continuam impactando diretamente os registros patrimoniais do Fundo nos exercícios subsequentes. No exercício de 2025, destacam-se: os rendimentos de aplicações financeiras e os juros recebidos no âmbito da ação de empréstimo com a Finep, que somados totalizaram valor superior R\$ 3,6 bilhões; e o saldo do valor principal arrecadado, estimado superior em R\$ 20,8 bilhões, ainda não utilizado, alocado em diferentes fontes de recursos vinculadas ao Tesouro Nacional.

Ressalta-se que o FNDCT já apresentava, ao final do exercício anterior, um saldo em disponibilidades superior a R\$ 23 bilhões.

Tabela: 2.6.3-1 - Limite de saque com vinculação de pagamento

Em Milhares de Reais

Fonte	Descrição	Valor (R\$)	AV
050000091	REC.PROP.LIV.UO-FNDCT	3.867.592	15%
052000091	FNDCT/RETORNO	416.292	2%
Outras fontes arrecadadas Tesouro (097 a 112, 118, 119, 136)		20.867.976	83%
Saldo		25.151.861	100%

Fonte: Siafi - 31/12/2025.

2.6.4 Superávit Financeiro

Importante analisar o Quadro do Superávit / Déficit Financeiro constante do Balanço Patrimonial – BP, tendo em vista que o ativo financeiro é composto pelo saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Tabela 2.6.4.1. apresenta a composição detalhada do ativo e passivo financeiro para melhor entendimento do seu resultado.

Tabela: 2.6.4-1 - Detalhamento do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte de Recursos

Em Milhares de Reais

FONTES DE RECURSOS		ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL		293	5.293	-5.000
1050000091	REC.PROP.LIV.UO-FNDCT	3.867.592	427.717	3.439.875
1052000091	REC.LIVRES UO-FNDCT	416.292	286.483	129.809
1097000000	CT-AERONAUTICO	1.077.576	765.687	311.890
1098000000	CT-AGRONEGOCIO	2.656.622	1.920.362	736.260
1099000000	CT-BIOTECNOLOGIA	1.158.838	736.982	421.856
1100000000	CT-SAUDE	2.303.792	1.679.251	624.541
1101000000	CT-VERDE AMARELO-PROG.INTER.UNIV.-EMP.INOV.	5.099.143	3.250.787	1.848.355
1102000000	CT-VERDE AMARELO-PROG.INOVACAO PARA COMPETIT.	1.285.116	944.847	340.269
1103000000	CT-AQUAVIARIO	275.086	233.175	41.912
1104000000	CT-INFRA-ACOES TRANSVERSAIS	614.424	481.828	132.596
1105000000	CT-MINERAL	126.202	98.472	27.730
1106000000	RECURSOS DO FISTEL DESTINADOS AO CT-ESPACIAL	3.900	6.142	-2.243
1107000000	CT-PETRO	759.354	696.303	63.051
1108000000	CT-ENERGIA	957.446	554.575	402.871
1109000000	CT-HIDRO	198.580	191.812	6.768
1110000000	CT-INFO	51.249	50.505	745
1112000000	CT-AMAZONIA	286.204	251.856	34.348
1118000000	CT-INFRA	4.012.293	3.270.139	742.153
1119000000	RECURSOS DO FISTEL DESTINADOS AO CT-INFRA	1.794	3.221	-1.426
Total		25.151.861	15.855.499	9.296.361

Fonte: Siafi - 31/12/2025.

Se por sua vez o ativo financeiro é composto pelo saldo final de caixa e equivalentes, o passivo financeiro é composto pelo total das obrigações firmadas pelo Fundo, mesmo aquelas não liquidadas, mas apenas empenhadas, seja do exercício atual ou de exercícios anteriores.

Percebe-se assim um expressivo resultado superavitário refletindo o saldo de disponibilidades trazido do exercício anterior por quase todas as fontes.

2.6.5 Créditos a Receber

Os Créditos a Receber são formados pelo registro de devedores com composição de curto e longo prazo a partir de dados fornecidos pelo Departamento de Gestão Financeira das Operações Reembolsáveis - DGOR e pelo Departamento de Gestão e Prospecção de Fontes de Recursos Financeiros - DGRF e compreendem os seguintes saldos:

Tabela: 2.6.5-1 - Créditos a Receber – Composição

Em Milhares de Reais

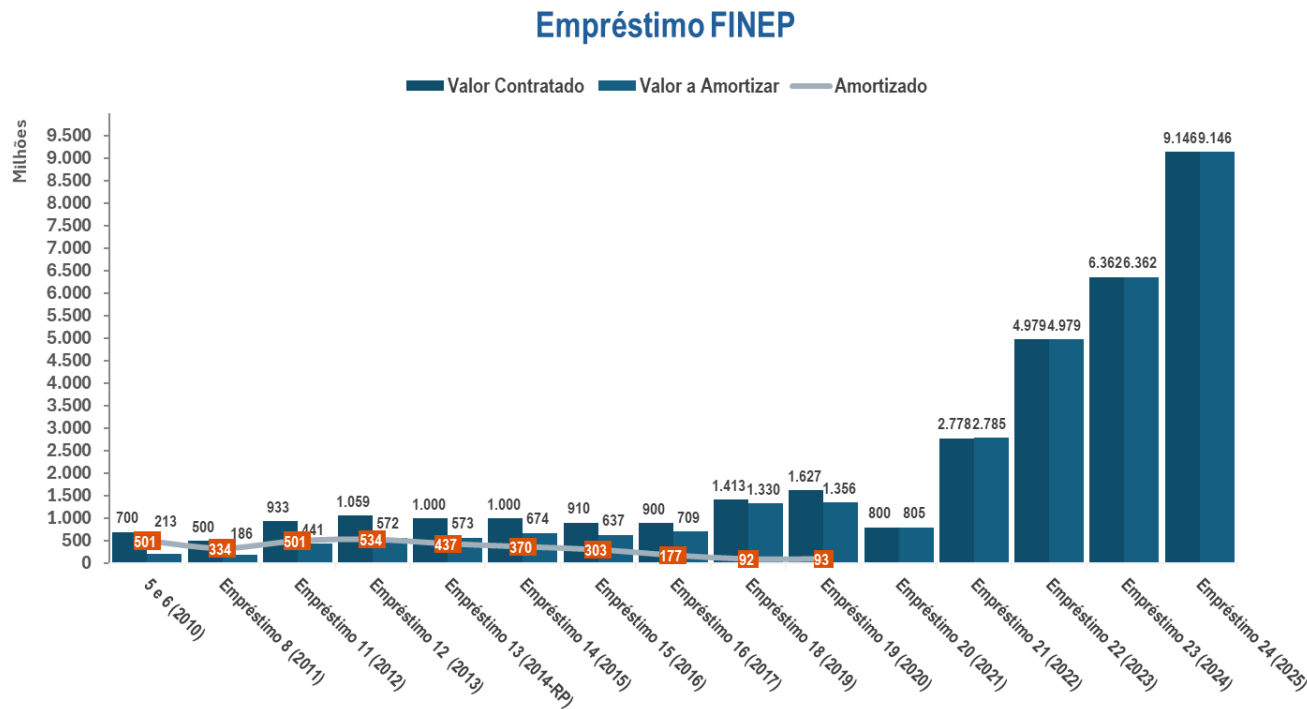
CRÉDITOS A RECEBER		2025	2024
FINANCIAMENTO CONCEDID A RECEBER (CP)		681.177	655.209
JUROS PRO-RATA SOBRE FINAN. A REC. – EXCETO FAT		108.732	43.459
ENCARGO S/EMPREST CONCED A REC - EXC. FAT (CP)		14.839	6.439
EMPRESTIMOS EM COBRANCA JUDICIAL A RECEBER (LP)		193	211
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC (LP)		30.085.763	21.620.731
AJUSTE DE PERDAS EMPREST/FINANC CONCEDIDOS		-600	-600
Total		30.890.105	22.325.449

Fonte: Siafi - 31/12/2025.

O principal devido pela FINEP ao FNDCT, referente a ação de empréstimo, constitui um dos principais componentes do ativo do Fundo, representando aproximadamente R\$ 30,7 bilhões, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial. Este montante decorre de contratos de empréstimo vigentes, detalhados no Gráfico 2.6.5.2. – Empréstimos Finep – Detalhamento, em um total de 15 contratos firmados até a data de referência. Neste exercício, foram emprestados R\$ 9,1 bilhões a Finep, gerando um consequente aumento do ativo.

2.6.7 Resultado Patrimonial, Financeiro e Orçamentário

Gráfico FNDCT 2.6.5-1 – Empréstimos Finep – Detalhamento



Fonte: Siafi - 31/12/2025.

2.6.6 Adiantamento - Termo Execução Descentralizada

Destaca-se, ainda, no ativo do FNDCT, o registro de adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), concedidos pelo Fundo, os quais são classificados contabilmente no ativo como um “Adiantamento de TED”.

Dos R\$ 9,2 bilhões contabilizados neste adiantamento, as descentralizações realizadas com o CNPq e com MCTI por conta de sua aplicação em Organizações Sociais, representam 67% e 32%, respectivamente, do total descentralizado.

As Demonstrações, tanto o Balanço Financeiro (BF) quanto a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na forma como são geradas no SIAFI, não conseguem fornecer informações precisas acerca das Receitas do Fundo, em razão da forma como estas são contabilizadas.

As principais fontes de receita do FNDCT são as contribuições, taxas e arrendamentos previstos nas legislações que regem os fundos setoriais que o compõem. Nenhum dos três demonstrativos mencionados, quando gerados pelo SIAFI, consegue evidenciar adequadamente essa realidade.

A partir 2024, o Tesouro Nacional alterou a sistemática de registro das arrecadações do Fundo, implementando, em sua maioria, o registro dessas arrecadações na Unidade Gestora 240901 do FNDCT, conforme se pode observar na DVP, especificamente na Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) "Contribuições". A arrecadação tem seus efeitos financeiros e patrimoniais anulados na referida UG por meio de um lançamento de movimentação diminutiva. Essa é a razão da existência da rubrica de efeito diminutivo “Movimento de Saldos Patrimoniais” na DVP e no BF.

As alterações promovidas pela Lei Complementar nº 177/21 repercutiram na forma como o Fundo passou a ser operacionalizado desde então, especialmente quanto à obrigatoriedade da utilização das receitas exclusivamente para os fins a que o Fundo foi instituído, implicando, inclusive, a contabilização das disponibilidades do FNDCT na UG 240901, com o objetivo de viabilizar sua imediata aplicação financeira.

Contudo, a contabilização dessa operação gera um registro na UG 240901 do FNDCT com natureza de transferência recebida (Repasso Recebido) nos três demonstrativos mencionados. Com isso, perde-se a fidelidade da informação contábil quanto à origem das receitas do Fundo e sua adequada classificação.

Por tais razões, apresentada, a seguir, o detalhamento da transferência da arrecadação do Fundo para registro na sua UG, explicitando, assim, a natureza contábil das principais receitas do FNDCT:

Tabela: 2.6.7-1 - Classificação Repasse Recebido

Em Milhares de Reais

CLASSIFICAÇÃO TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	R\$
CONTRIB DE INTERVENÇÃO NO DOMINIO ECONÔMICO - CIDE	
CT-AERONAUTICO	866.395
CT-AGRONEGOCIO	1.922.166
CT-BIOTECNOLOGIA	845.393
CT-SAUDE	2.060.053
CT-VERDE AMARELO-PROG.INTER.UNIV.-EMP.INOV.	5.197.490
CT-VERDE AMARELO-PROG.INOVACAO PARA COMPETIT.	1.164.278
SUBTOTAL	12.055.774
EXPLORAÇÃO BENS, DIR. E PREST. SERV.	
CT-AQUAVIARIO	133.393
CT-MINERAL	69.231
CT-PETRO	859.944
CT-HIDRO	81.147
SUBTOTAL	1.143.715
CONTRIB. S/ RECEITA OU FATURAMENTO	
CT-ENERGIA	528.264
CT-INFO	47.896
CT-AMAZONIA	34.172
SUBTOTAL	1.087.134
TAXAS	
RECURSOS DO FISTEL DESTINADOS AO CT-ESPACIAL	6.131
SUBTOTAL	6.131
PERCENTUAL S/ OUTROS FUNDOS SETORIAIS	
CT-INFRA/ CT-INFRA-ACOES TRANSVERSAIS/ RECURSOS DO FISTEL	3.321.814
SUBTOTAL	3.321.814
DESCENTRALIZAÇÃO FNS	
REC.LIVRES UO-FNDCT	16.766
SUBTOTAL	16.766
RECURSOS PRÓPRIOS	
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	2.929
SUBTOTAL	2.929
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	-1.496.621
TOTAL	16.137.643

Fonte: Siafi - 31/12/2025.

Esta classificação visa tornar mais clara a origem dos principais valores que compõem as seguintes rubricas dos demonstrativos citados:

Tabela: 2.6.7-2 - Correspondência dos Demonstrativos

Em Milhares de Reais

DVP	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Transferências Intragovernamentais	16.137.643
BF	
INGRESSOS	
Repasse Recebido	16.137.643
DFC	
INGRESSOS	
Transferências Financeiras Recebidas	16.137.643

Fonte: Siafi - 31/12/2025.

Outro item a ser destacado nos ingressos e variações aumentativas dos Demonstrativos citados são os que se referem a ganhos da natureza financeira do Fundo, destacando:

Tabela: 2.6.7-3 - VARIAÇÕES AUMENTATIVAS POR JUROS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em Milhares de Reais

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS POR JUROS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
JUROS E ENCARG DE EMPREST INTERNOS CONCEDIDOS	482.558
REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS	2.062.978
JUROS E ENC. DE MORA SOBRE CRED. TRIBUTARIO	111
TOTAL	2.545.647

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

No tocante aos dispêndios e variações diminutivas dos Demonstrativos citados, destaca-se algumas rubricas que resumem o registro das principais aplicações características da natureza do Fundo:

Tabela: 2.6.7-4 - Principais Dispersões

Em Milhares de Reais

VARIÇÕES DIMINUTIVAS COM CONVÊNIO, SUBVENÇÕES E TED'S	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.997.044
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS (Convênios e Subvenções)	4.929.157
OUTRAS INCORP. PASSIVO / DESINCORP ATIVO (MOV. TED)	2.710.469
SUBTOTAL	9.636.670
VARIÇÕES DIMINUTIVAS DE OPERAÇÕES C/ A FINEP	
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (EQUALIZAÇÃO)	253.579
INDENIZAÇÕES (RESSARCIMENTO DE DESPESAS)	36.919
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ (Taxa de Administração)	151.689
SUBTOTAL	442.187
TOTAL	10.078.857

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

- Resultado Patrimonial:**

A Demonstração que apresenta a evolução patrimonial do FNDCT, com ênfase no reconhecimento por competência, é a DVP. O resultado patrimonial do Fundo, no montante de R\$ 9,2 bilhões, evidencia os efeitos da transição contábil e operacional decorrente da implementação dos novos parâmetros de execução e vinculação de recursos estabelecidos pela Lei Complementar nº 177/2021.

Por sua vez, no tocante as variações aumentativas, merece destaque a arrecadação de mais de R\$ 16,1 bilhões oriundas das fontes primárias do Fundo vinculadas aos fundos setoriais, refletidas na classificação apresentada no quadro 6 acima na **Tabela 2.6.7.1.** acima.

- Resultado Financeiro:**

A perspectiva apresentada pelo Balanço Financeiro (BF) busca contemplar a totalidade da movimentação financeira do exercício, incluindo os dispêndios relativos a restos a pagar. A classificação evidenciada na **Tabela 2.6.7.1.** demonstra que as receitas do FNDCT, que são refletidas no BF, possuem natureza vinculada.

Assim como verificado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a execução orçamentária e financeira, que reflete os efeitos da transição contábil e operacional decorrente da implementação dos novos parâmetros de execução e vinculação de recursos estabelecidos pela Lei Complementar nº 177/2021.

Como resultado, verifica-se a permanência de um elevado montante de recursos não utilizados no exercício, que alcançou R\$ 25,2 bilhões, mantendo-se próximo ao observado no exercício anterior, o que se reflete no saldo inicial de Equivalentes de Caixa, superior a R\$ 23,5 bilhões.

Nesse exercício, foi promulgada a Lei nº 15.184/2025, que alterou a Lei nº 11.540/2007, autorizando, até 2028, a utilização do superávit financeiro de fontes vinculadas do FNDCT para a abertura de créditos adicionais destinados a operações reembolsáveis, inclusive por cooperativas habilitadas, o que tende a reduzir gradualmente as disponibilidades do Fundo, à medida que os recursos acumulados sejam efetivamente aplicados no financiamento de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

- Resultado Orçamentário:**

Inicialmente, nesta análise é preciso ressaltar a importância que a geração do Balanço Orçamentário seja feita pela UO 24901. Ao contrário dos outros Demonstrativos aqui analisados, é fundamental a utilização da UO ao invés da UG 240901, pois somente dessa forma há possibilidade de compreender a utilização do orçamento do FNDCT em toda a sua abrangência.

Ainda no intuito de abranger toda a movimentação, completa-se os Demonstrativos Orçamentários com o quadro de execução da despesa da UO 74910 que é específica à ação de Empréstimo à FINEP.

Pelo exposto, tiveram as seguintes movimentações orçamentárias na execução da despesa do exercício:

Tabela: 2.6.7-5 - Resultado Orçamentário

Em Milhares de Reais

	LOA 2024	LOA ATUALIZADA	EXECUÇÃO
UO24901 (OP. NÃO REEMBOLS.)	7.334.466	7.334.466	7.334.484
UO74910(OP. REEMBOLS. - EMPRÉST.)	7.334.390	23.334.390	9.146.210
LOA TOTAL ALOCADA	14.668.855	30.668.856	16.480.694

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Em 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada no montante de R\$ 14,7 bilhões, distribuídos entre operações não reembolsáveis e operações reembolsáveis. Ao longo do exercício, em razão da promulgação da Lei nº 15.184/2025, a LOA foi atualizada, elevando os créditos orçamentários destinados às operações reembolsáveis para R\$ 23,3 bilhões, com a possibilidade de utilização do superávit financeiro até o exercício de 2028.

Nesse contexto, a execução orçamentária do exercício alcançou R\$ 16,5 bilhões, em consonância com as diretrizes do Plano Anual de Investimento, observados integralmente os limites orçamentários estabelecidos.

Uma visão mais completa da execução orçamentária pode ser também acessada no item Partes I deste RGI.

2.6.8 Atos Potenciais e controle da Prestação de Contas

O FNDCT em 2025 movimentou 3.224 convênios e subvenções resultando ao final do trimestre na seguinte composição:

Tabela: 2.6.8-1 - Convênios (detalhados por situação)

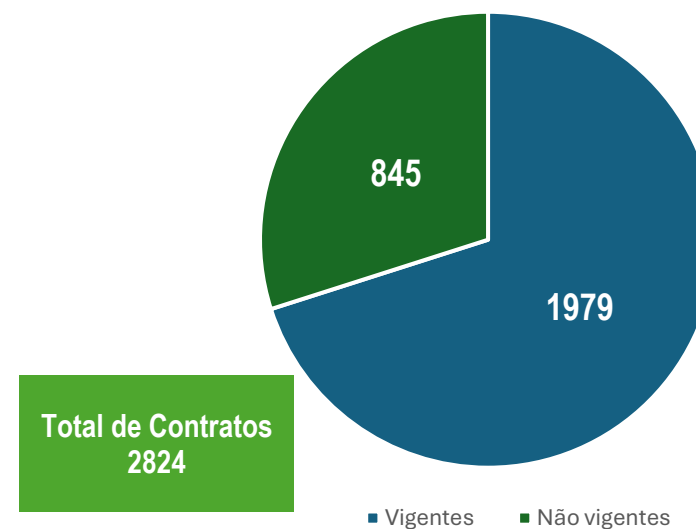
Composição de Convênios	Quantidade
Concluídos em 2024	400
Inadimplentes	32
Adimplentes	2792
Total	3224

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Desta carteira total, ficaram como não concluídos 2.824 contratos sendo 32 inadimplentes e 2.792 adimplentes conforme demonstrado acima e desse montante (2.824) encontram-se em estado de prestação de contas 845 (não vigentes) e em condição de “em execução” 1979 (vigentes).

Gráfico FNDCT 2.6.8-1 - Relação de Convênios Vigente/Não Vigente

Relação Vigente/ Não Vigente



Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Atos Potenciais Passivos (Análise dos Contratos Vigentes)

Ao analisar os contratos que ainda possuem valores a liberar, ou seja, que representam obrigações financeiras pendentes do Fundo, identificamos 1.287 instrumentos, somando R\$ 9,1 bilhões, conforme registrado no Quadro de Atos Passivos do Balanço Patrimonial.

Contudo, para refletir a real situação dos atos potenciais passivos do Fundo, foi necessário realizar um ajuste: a exclusão de 21 instrumentos com vigência já encerrada, os quais, embora contabilizados, não demandarão liberação de recursos.

Como resultado desse processo, foi gerado Tabela: 2.6.8-2.

Tabela: 2.6.8-2 - Atos Potenciais Passivos

Em Milhares de Reais

ATOS PASSIVOS TED E TRANSFERÊNCIA		
Prazo Final	Quant. Contratos	Valor Passivo
2025	106	93.517
2026	442	1.555.269
2027	358	2.723.409
2028	277	1.834.939
2029	75	2.660.632
2030	8	212.816
Total	1266	9.080.583
Projetos Excluídos por estarem em prestação de contas	21	17.179
Total Atos Passivos (Balanço Patrimonial)	1287	9.097.762

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Portanto, em relação ao valor de Atos Potenciais Passivos, que representam os compromissos financeiros assumidos pelo FNDCT, este totaliza aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, correspondentes a 1.266 contratos de convênios, subvenções e TEDs.

No entanto, o quadro demonstra que, dos 1.979 contratos vigentes, apenas 1.266 ainda possuem valores a liberar. Consequentemente, 713 contratos, embora ainda vigentes, já tiveram a totalidade de seus valores contratados liberados.

Atos Potenciais Ativos

Já a análise dos Atos Potenciais Ativos, que se referem aos TEDs com saldos com valores a receber e que ainda estão em prestação de contas. O FNS é o maior parceiro do FNDCT com projetos de inovação em produtos estratégicos para o SUS.

Tabela: 2.6.8-3 - Atos Potenciais Ativos

Em Milhares de Reais

Conta Corrente	UG	Transferência - Concedente	Saldo - R\$
ED1AAEZD	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	1.830
ED688491	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	5.961
ED692205	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	148
ED1AACTW	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	831
ED1AAFUH	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	13.070
ED986580	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	220.000
Total			241.838

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Prestação de Contas (Análise dos Contratos não Vigentes)

Em relação aos 845 contratos não vigentes, estes constituem o passivo referente às prestações de contas não encerradas. A FINEP, no exercício de suas atribuições como Secretaria Executiva do FNDCT, vem desenvolvendo ações sistemáticas para regularizar esse passivo. Tais iniciativas são monitoradas pelos órgãos de controle - CGU e TCU.

Quanto às metodologias de análise do estoque de prestações, verificam-se diversas abordagens possíveis. Especificamente, na avaliação da carteira de contratos não vigentes, considerando o ano de término dos instrumentos contratuais, observa-se a seguinte composição:

Tabela: 2.6.8-4 - Detalhamento dos Convênios Não Vigentes

Análise do Controle de Convênios	Quantidade
Anteriores 2000	10
2001 a 2005	88
2006 a 2010	119
2011 a 2015	49
2016 a 2020	32
2021	34
2022	36
2023	48
2024	133
2025	296
Total	845

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Para concluir esta análise do passivo de prestação de contas, registra-se que, dentre os 845 contratos, 126 já se encontram em Tomada de Contas Especial, tendo seus processos de prestação de contas encerrados quanto à fase de análise.

Tomada de Contas Especial

Por fim, completando a análise dos convênios não vigentes, temos ainda dentro deste grupo aqueles que se encontram em estado de “Tomada de Contas Especiais - TCE”.

Estas TCEs geram registros no ativo, bem como em contas de controle. No intuito de darmos uma visão geral dos processos de TCE, tratamos de forma conjunta estes registros.

A separação entre dano ao patrimônio de crédito administrativo e dano ao patrimônio decisão TCU, se deve a diferenciação entre aquelas que foram julgadas pelo TCU e aquelas que por limitação do valor do dano estão em recuperação através de processo administrativo interno.

Tabela: 2.6.8-5 - TCE Consolidado

Em Milhares de Reais

Distribuição de Registro de TCE	Quant.	Valor (R\$)
Diversos Responsáveis em apuração - (Controle)	3	71.079
Diversos Responsáveis apurados - enviado ao TCU (Controle)	56	95.082
Cred. por dano ao patrimônio - decisão TCU	67	131.259
Total	126	297.420

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

2.6.9 Partes Relacionadas

A Secretaria Executiva do FNDCT - FINEP aprovou no exercício de 2017 a sua Política de Partes Relacionadas, sendo esta reformulada em 2021.

De acordo com o referido normativo, são consideradas partes relacionadas se uma entidade tiver o poder de controlar a outra entidade ou de exercer influência significativa sobre a outra entidade nas decisões financeiras e operacionais ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas ao controle comum.

Dentro do escopo desta definição, o FNDCT identificou a necessidade da evidenciação das informações relacionadas de duas entidades, são elas:

- FINEP - Inovação e Pesquisa;
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação– MCTI

A escolha dessas entidades decorre:

Da influência significativa que o MCTI possui sobre o FNDCT, através de sua atuação no Conselho Diretor do FNDCT, somada a sua função de órgão superior do Executivo a coordenar as políticas públicas relacionadas ao tema CT&I, exercendo relevante influência na aprovação do plano de investimento do FNDCT que define onde serão anualmente aplicados seus recursos;

Da função exercida pelo MCTI de gestor da aplicação dos recursos do FNDCT a serem operados por Organizações Sociais vinculadas a este;

Do fato que a ação de empréstimo à FINEP ter relevante representação no FNDCT, além da relevância das operações de aplicação em fundo de investimentos, equalização de juros, ressarcimento de despesas operacionais e taxa de administração nos dispêndios do Fundo;

Pelo impacto nos custos e nas estruturas organizacionais da FINEP devido a execução pela Secretaria Executiva das ações referentes a operacionalização das etapas de execução de Convênios, Transferências de Execução Descentralizada (TED) e Subvenção, a saber:

lançamento de editais, gestão orçamentária, contábil e financeira e procedimentos de prestação de contas e tomadas de contas especiais;

Em função do que prescreve a Lei 11.540/07, (art. 7), a FINEP – Inovação e Pesquisa exercerá a função de Secretaria-Executiva do FNDCT, cabendo-lhe praticar todos os atos de natureza técnica, administrativa, financeira e contábil necessários à gestão do FNDCT.

Dentro deste contexto, destacam-se as seguintes operações relacionadas:

Tabela: 2.6.9-1 - Partes relacionadas

Em Milhares de Reais

Descrição	Base Legal (Lei 11.540/07)	Valor
Dispêndios (FINEP)		
Despesas de administração até 2% dos recursos orçamentários	Art. 8º	151.689
Equalização de encargos financeiros nas operações de crédito	Art. 12, Inciso I Alínea "a"	253.579
Empréstimo à Finep	Art. 12, Inciso II	9.146.210
Aplicação em Fundos de investimentos (através da FINEP - Lei 10.332/01)	Art. 12, §1º	14.153
Ressarcimento de despesas operacionais	Art. 13	36.919
	Total Dispêndios	9.602.550
Recebimentos (FINEP)		
Juros remuneratórios equivalentes à Taxa Referencial - TR	Art. 12, §2º, Inciso I	408.885
Amortização do Empréstimo	Art. 12, §2º, Inciso II	655.291
	Total Recebimentos	1.064.176
Dispêndios (MCTI)		
Repasses para aplicação em programas desenvolvidos por Organizações Sociais	Art. 12, Inciso I Alínea "d"	1.159.500

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

Tabela: 2.6.9-2 - Recursos Operados pela Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, através do Orçamento Fiscal

Em Milhares de Reais

DO EXERCÍCIO		
Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
7.334.484	6.126.246	5.469.506
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
Inscritos	Liquidados	Pagos
1.775.345	1.461.200	1.408.500
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		
Inscritos		Pagos
146.004		134.502

Fonte: SIAFI – 31/12/2025.

3 ANEXOS

3.1 Lista de Quadros

Quadro 1.1-1: Balanço Patrimonial	6
Quadro 1.1-2 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	7
Quadro 1.1-3 - Compensações.....	8
Quadro 1.1-4 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.....	8
Quadro 1.2-1 – Demonstração das Variações Patrimoniais	8
Quadro 1.3-1 – Balanço Orçamentário	10
Quadro 1.3-2 - Anexo 1: Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados	11
Quadro 1.3-3 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	12
Quadro 1.4-1 – Balanço Financeiro.....	12
Quadro 1.5-1 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Quadro 1.6-1 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
Quadro 2.1-1 - Balanço Patrimonial - FNDCT.....	40
Quadro 2.1-2 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)	41
Quadro 2.1-3 - Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964).....	41
Quadro 2.1-4 - Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964).....	41
Quadro 2.2-1 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	42
Quadro 2.3-1 - Receitas Orçamentárias	44
Quadro 2.3-2 - Despesas Orçamentárias	45
Quadro 2.3-3 - Execução de Restos a Pagar Não Processados.....	45
Quadro 2.3-4 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados..	46
Quadro 2.3-5 - Balanço Orçamentário – DESPESAS ÓRGÃO 74910 – REC. S/ SUP. DO FUNDO NAC. DES. CIENT. E TEC. – FNDCT.....	46
Quadro 2.4-1 - Balanço Financeiro.....	47
Quadro 2.5-1 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	48

3.2 Lista de Tabelas

Tabela: 1.8.1-1 - Ativo Circulante e Não Circulante – Composição	19
Tabela: 1.8.2-1– Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) - Composição	29
Tabela: 1.8.3-1 – Receitas Realizadas versus Despesas Empenhadas - Composição	31
Tabela: 2.6.3-1 - Limite de saque com vinculação de pagamento	49

Tabela: 2.6.4-1 - Detalhamento do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte de Recursos ...	50
Tabela: 2.6.5-1 - Créditos a Receber – Composição	50
Tabela: 2.6.7-1 - Classificação Repasse Recebido	52
Tabela: 2.6.7-2 - Correspondência dos Demonstrativos.....	52
Tabela: 2.6.7-3 - VARIAÇÕES AUMENTATIVAS POR JUROS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52
Tabela: 2.6.7-4 - Principais Dispêndios.....	53
Tabela: 2.6.7-5 - Resultado Orçamentário.....	53
Tabela: 2.6.8-1 - Convênios (detalhados por situação)	54
Tabela: 2.6.8-2 - Atos Potenciais Passivos	55
Tabela: 2.6.8-3 - Atos Potenciais Ativos.....	55
Tabela: 2.6.8-4 - Detalhamento dos Convênios Não Vigentes.....	55
Tabela: 2.6.8-5 - TCE Consolidado	56
Tabela: 2.6.9-1 - Partes relacionadas.....	56
Tabela: 2.6.9-2 - Recursos Operados pela Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, através do Orçamento Fiscal.....	56

Tabela 1.8.1.2-1 – Créditos a Curto Prazo – Composição	21
Tabela 1.8.1.3-1 – Estoques – Composição	22
Tabela 1.8.1.4-1 – Créditos a Longo Prazo – Composição	23
Tabela 1.8.1.6-1 – Imobilizado – Composição	24
Tabela 1.8.1.6-2 – Bens Móveis – Composição	24
Tabela 1.8.1.6-3 – Bens Imóveis – Composição.....	25
Tabela 1.8.1.6-4 – Depreciação de Bens Móveis por Conta Corrente – Composição.....	26
Tabela 1.8.1.6-5 – Depreciação de Bens Imóveis por Conta Corrente – Composição	26
Tabela 1.8.1.7-1 – Intangível – Composição	27
Tabela 1.8.1.8-1 – Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido – Composição	28
Tabela 1.8.3.1-1 – Receita Prevista versus Realizada - Composição	32
Tabela 1.8.3.2-1 – Créditos Adicionais – Composição	32
Tabela 1.8.3.3-1 – Despesa Orçamentária - Composição	33
Tabela 1.8.3.3-2 – Percentual de Execução da Despesa - Composição	33
Tabela 1.8.3.4-1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Composição	34
Tabela 1.8.3.4-2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - Composição.....	34
Tabela 1.8.3.4-3 – Percentuais de Execução/Saldo do Restos a Pagar - Composição	35

Tabela 1.8.4.1-1 – Ingressos - Composição	36
Tabela 1.8.4.2-1 – Dispêndios - Composição.....	36
Tabela 1.8.4.3-1 – Resultado Financeiro - Metodologia 1.....	37
Tabela 1.8.4.3-2 – Resultado Financeiro - Metodologia 2.....	37
Tabela 1.8.5.1-1 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição	37
Tabela 1.8.6.1-1 – Mutações do Patrimônio Líquido	38

3.3 Lista de Gráficos

Gráfico 1.8.1.1-1 – Caixa e Equivalentes de Caixa por Fonte de Recursos	20
Gráfico 1.8.1.3-1 - Materiais de Consumo por Subitem.....	22
Gráfico 1.8.1.3-2 – Importações em Andamento por Unidade Gestora	23
Gráfico 1.8.1.6-1 – Bens Imóveis de Uso Especial – Composição	25
Gráfico 1.8.1.6-2 – Depreciação de Bens Móveis por Conta Corrente – Composição	26
Gráfico 1.8.1.6-3 – Depreciação de Bens Imóveis por Conta Corrente – Composição.....	26
Gráfico 1.8.1.7-1 – Intangível – Composição.....	27
Gráfico FNDCT 2.6.5-1 – Empréstimos Finep – Detalhamento	51
Gráfico FNDCT 2.6.8-1 - Relação de Convênios Vigente/Não Vigente	54

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO